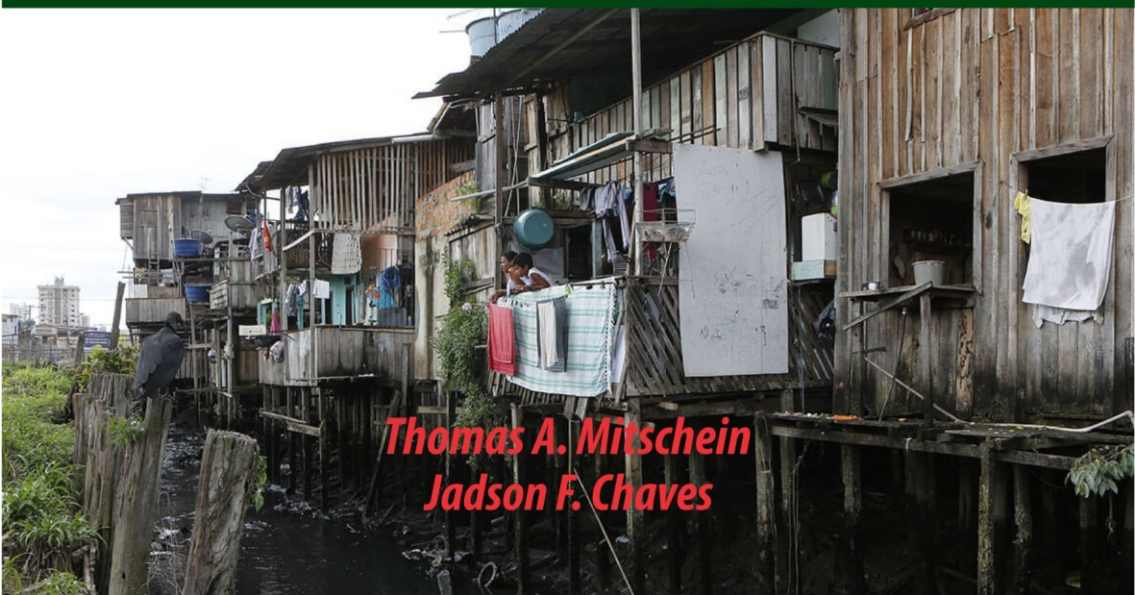




Violência na Metropolitana de Belém

Caminhos de saída ...



***Thomas A. Mitschein
Jadson F. Chaves***

Os pesquisadores do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento da UFPA, nesta publicação abordam com dados sólidos os ciclos das ações dirigidas contra a vida humana no período de 1980 a 2016, mostrando que, na primeira década do século XXI, na MDB começava a se consolidar uma guerra civil não declarada.

Além disso, discutem alternativas a vigente “status quo”, através da implementação de diversas medidas emergenciais que selecionam a elevação das condições de vidas das classes populares com o aproveitamento das potencialidades endógenas de desenvolvimento das ecorregiões tropicais.

Prof. Dr. Nelson José de Souza Júnior
Pro-Reitor de Extensão da UFPA

VIOLÊNCIA NA METROPOLITANA DE BELÉM

Caminhos de saída ...

Universidade Federal do Pará

Reitor: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Administração: Prof. Dr. João Cauby de Almeida Junior

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof. Dr. Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitor de Extensão: Prof. Dr. Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Profa. Dra. Karla Andreza Duarte P. de Miranda

Pró-Reitora de Relações Internacionais: Profa. Dra. Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Rômulo Simões Angélica

Pró-Reitora de Planejamento: Profa. Dra. Raquel Trindade Borges

Prefeitura: Prof. Dr. Eliomar Azevedo do Carmo

Procuradoria Geral: Fernanda Ribeiro Monte Santo

Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento

Thomas A. Mitschein - **Coordenador**

Comissão Editorial

Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba (Coordenadora)

Sérgio Nunes da Silva

Miguel Ramos da Silva

Marise Teles Condurú

Denise Machado

Projeto Gráfico/ Capa - Igor Aviz

Editoração - Erika Estumano

Revisão - Nazaré Imbiriba

Impressão - Comunicores

VIOLÊNCIA NA METROPOLITANA DE BELÉM
Caminhos de saída ...

Thomas A. Mitschein

Jadson F. Chaves

Colaboradores Técnico-Científicos

Breno C. O. Imbiriba - PHD em Física pela Universidade de Maryland - EUA, Professor da Faculdade de Meteorologia do Instituto de Geociências - IG/ UFPA, Pesquisador do Programa Trópico em Movimento - UFPA.

Erika Estumano - Socióloga, Pesquisadora do Programa Trópico em Movimento - UFPA.

Luciano Lousada - Engenheiro Sanitarista, Mestrando do Núcleo de Meio Ambiente – NUMA/ UFPA, Pesquisador do Programa Trópico em Movimento - UFPA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Biblioteca Central/UFPA-Belém-PA

M684v Mitschein, Thomas.

Violência na Metropolitana de Belém: Caminhos de saída ... / Thomas A. Mitschein, Jadson F. Chaves. — Belém
: EdUFPA, 2019.
186 p. : il. ; 21 cm

Inclui bibliografias

ISBN 978-85-62892-25-7

1. Violência urbana – Belém, Região Metropolitana de (PA). 2. Violência – Aspectos sociais. 3. Violência – Prevenção. I. Chaves, Jadson Fernandes. II. Universidade Federal do Pará. Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento. III. Título.

CDD 23. ed. – 303.6098115

Elaborado por Layane Rayssa Gaia Gomes – CRB-2/1564

APRESENTAÇÃO

Em fevereiro de 2007, a UFPA realizou no seu Campus do Guamá um seminário sobre *Violência, Pobreza e Crescimento em Belém* que foi frequentado por um número considerável de representantes de instituições públicas, da sociedade civil organizada e do setor privado. Foi o Prof. Dr. Alex Fiuza de Melo que, naquele momento, destacou a necessidade de multiplicar encontros sobre essa problemática. Contudo, mesmo considerando que este conselho do ex-Reitor da UFPA não tenha sido seguido à risca pelos protagonistas do contexto local/regional nos últimos anos, não há dúvida de que, com a presente publicação de Mitschein e Chaves, a UFPA fornece insumos valiosos para avançar no debate sobre a violência nas áreas urbanas da floresta amazônica.

Por duas razões, fundamentalmente. Primeiro, porque os dois autores, pesquisadores do *Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento*, abordam com dados sólidos os ciclos das ações dirigidas contra a vida humana no período de 1980 a 2016, mostrando que, na primeira década do século XXI, na MDB, começava a se consolidar uma guerra civil não declarada.

Segundo, porque discutem alternativas ao vigente *status quo*, insistindo na viabilização de um elenco de medidas emergenciais que se relacionam com a melhoria das condições de sobrevivência das camadas populares a partir do aproveitamento das potencialidades endógenas de desenvolvimento das ecorregiões tropicais.

Faço das palavras de Mitschein e Chaves as minhas, quando escrevem que, no âmbito do *arquipélago* da economia paraense, a MDB se destaca por duas vantagens comparativas altamente importantes: “Dispõe com os seus aproximadamente 2 milhões de habitantes de um mercado interno considerável e, ainda, concentra o maior número de entidades técnico-científicas por km². Ambas devem ser aproveitadas de forma sistemática e inteligente através da formulação de políticas que apostem nas vocações amazônicas do Pará, incentivando concomitantemente a constituição de parcerias entre instancias públicas, sociedade civil e setor privado”.

Prof. Dr. Nelson José de Souza Júnior
Pro-Reitor de Extensão da UFPA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente e homicídios acumulados no período 2013/16 nos Municípios da MDB	37
Tabela 2 - População residente e homicídios acumulados no período 2013/16 nos oito bairros de Belém que estão liderando o ranking de ataques contra a vida humana.....	38
Tabela 3 - População residente, homicídios acumulados e ocorrências por área territorial no período de 2013/16 nos Municípios de Ananindeua e Marituba	39
Tabela 4 - População residente, homicídios acumulados e ocorrências por área territorial no período de 2013/16 nos Municípios de Benevides e Santa Bárbara	40
Tabela 5 - Crescimento da população residente de Belém no período 1960 – 2010.....	47
Tabela 6 - Contribuição relativa de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara à composição populacional da MDB - 2000 até 2010	48
Tabela 7 - População residente e rural dos Municípios da MDB em 2010.....	49
Tabela 8 - Taxa de analfabetismo e média de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais) na Metropolitana de Belém em 1991 e 2000 e índice de conclusão do ensino fundamental de jovens entre 15 e 17 anos em 2010.....	50
Tabela 9 - População residente e população que vive entre a linha da indigência e da pobreza e abaixo da linha da indigência nos Municípios da Metropolitana de Belém/2010	51

Tabela 10 -Receitas Municipais de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Barbara - 2012 - 2015.....	53
Tabela 11 - Receitas próprias de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Barbara - 2012 - 2015	55
Tabela 12 - Orçamento de Belém em R\$ 2015 – 2017	57
Tabela 13 - Estoque de emprego no comercio, nos serviços e na administração pública nos Municípios da MDB –	59
Tabela 14 - População em idade de trabalho (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada (POC) em 2000 e 2010	60
Tabela 15 - Crescimento da POC na classe de rendimento até 2SM na MDB em 2000 e 2010.....	60
Tabela 16 - PIB’S dos Municípios da Metropolitana de Belém e sua participação relativa no PIB paraense	61
Tabela 17 - Demonstrativo da evolução da oferta de Produtos Hortigranjeiros Comercializados na CEASA/PA – 2016/2017	61
Tabela 18 - Composição do PIB da MDB por setor e média em % em 2000 e 2010	63
Tabela 19 - Ranking dos 10 maiores PIB’s municipais a preços de mercado corrente no Estado do Pará - 2010	71
Tabela 20 - População residente, urbana, rural e taxa de urbanização nas mesorregiões geográficas do Estado do Pará.	72

Tabela 21 - População residente, urbana e taxa de urbanização em quatro grupos de Municípios paraenses, divididos pelo número dos seus habitantes	72
Tabela 22 - Ranking dos maiores PIB`s per capita a preços de mercado corrente dos Municípios do Estado do Pará – 2010...77	
Tabela 23 - Investimentos e empregos previstos nos Municípios de Barcarena, Canaã dos Carajás, Marabá, Parauapebas, Altamira (Rio Xingu) no período de 2012 a 2016.....	78
Tabela 24 - Taxa de analfabetismo e média de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais) e taxa de conclusão de ensino fundamental entre jovens de 15 a 17 anos nos Municípios de Barcarena, Canaã dos Carajás, Marabá, Parauapebas e Altamira - 1991, 2000 e 2010.....	79
Tabela 25 - Vínculo empregatício da população em idade de trabalhar na faixa etária de 17 a 29 anos nos Municípios de Barcarena, Canaã dos Carajás, Marabá, Parauapebas, Altamira e no Estado do Pará.....	80
Tabela 26 - Relação das Escolas Auditadas em Belém	100
Tabela 27 - Cardápio elaborado pela MFAE.....	101
Tabela 28 - Principais razões do não consumo	102
Tabela 29 - Redes, Cooperativas e Associações de Catadores na Região Metropolitana de Belém.....	116
Tabela 30 - Vínculo empregatício da população em idade de trabalhar na faixa etária de 17 a 29 anos nos Municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara...132	

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Metropolitana de Belém.....	27
Mapa 2 - Condição precária da infraestrutura social nos bairros com maiores índices de homicídios.....	52
Mapa 3 - 8 bairros de Belém com ocorrência maior de homicídios	52
Mapa 4 - Belém do Pará e Singapura - Entrepostos comerciais na linha do Equador	67
Mapa 5 - Vulnerabilidade nutricional no Brasil	91
Mapa 6 - Diminuição da cobertura vegetal e ampliação do solo exposto na MDB entre 1984 - 2015	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação das taxas de homicídios de jovens até 29 anos por 100 mil habitantes no Pará, Belém e MDB no período de 1995 até 2005	35
Gráfico 2 - Comparação dos homicídios por 100 mil habitantes em Belém, Manaus, Fortaleza e Recife entre 1980 e 2016.	36
Gráfico 3 - Estimativa do número de homicídios no período de 2019 até 2021 na Metropolitana de Belém.....	44
Gráfico 4 - Estimativa das taxas de crimes violentos por 100 mil habitantes no período de 2019 até 2021 na Metropolitana de Belém	44
Gráfico 5 - Comparativo e evolução histórica das taxas de homicídios envolvendo jovens (0 a 29 anos) por 100 mil habitantes no Pará, Belém e MDB	45
Gráfico 6 - Utilização do solo (terra seca) no período de 1984 até 2015Fonte: TCM- abril 2018, elaboração equipe de pesquisa.	100
Gráfico 7 - Utilização do solo (terra seca) no período de 1984 até 2015.....	127
Gráfico 8 - A Arvore da violência na consciência popular	133

GLOSSÁRIO

ALPA	Aços Laminados do Pará
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CAE	Central de Atendimento ao Eleitor
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEASA	Central de abastecimento do Pará
CEMPRE	Centro de Informações Sobre reciclagem e Meio Ambiente
CESUPA	Centro Universitário do Estado do Pará
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CGU	Controladoria Geral da União
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DATA SUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil.
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENDEF	Estudo Nacional de Despesa Familiar
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FASEPA	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEPA	Federação das Indústrias do Estado do Pará
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FMAE	Fundação Municipal de Assistência ao Estudante
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GIRSM	Gerenciamento Integrado do Resíduo Sólido Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICSA	Instituto de Ciências Aplicadas
IG	Instituto de Geociências
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
LABFIS	Laboratório de Física Atmosférica
LEVs	Locais de Entrega Voluntários
MDB	Metropolitana de Belém
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PCT	Parque de Ciência e Tecnologia Guamá
PEA	População economicamente ativa
PGIRS	Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIA	População em idade de trabalho
PIB	Produto Interno Bruto

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POC	População ocupada
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PROPAZ	Fundação Propaz
SEGUP	Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESAN	Secretaria Municipal de Saneamento
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SM	Salário Mínimo
SME	Secretaria Municipal de Educação
SUDAM	Superintendência Desenvolvimento Amazônia
TCM-PA	Tribunal de Contas do Município de Belém
TCU	Tribunal de Contas, da União
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNAMA	Universidade da Amazônia

SUMÁRIO

1. A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA METROPOLITANA DE BELÉM (MDB) - FONTE PRINCIPAL DO CÍRCULO VICIOSO DA VIOLÊNCIA URBANA.....	27
2. A CAPITAL PARAENSE E SEUS VIZINHOS MUNICIPAIS – DADOS BÁSICOS.....	47
2.1 População.....	47
2.2 <i>Deficit</i> educacional.....	49
2.3 Vulnerabilidade social e violência na periferia urbana.....	50
2.4 As finanças municipais.....	53
2.5 A Economia da MDB - Presa na armadilha de um terciário hipertrofiado.....	58
3. O PARÁ E A MDB – VIVENDO DE COSTAS PARA ESTRATÉGIAS DE APROVEITAMENTO DAS POTENCIALIDADES ENDÓGENAS DE DESENVOLVIMENTO DAS ECORREGIÕES AMAZÔNICAS.....	65
4. AÇÃO JÁ - COMBATENDO A INÉRCIA ATRAVÉS DA VIABILIZAÇÃO DE CINCO INICIATIVAS EMERGENCIAIS.....	89
4.1 (In)Segurança alimentar e nutricional, cestas básicas regionalizadas e a necessidade imperiosa de empoderar as mulheres na periferia urbana.....	91

4.2. Investindo na merenda escolar de cardápio amazônico	97
4.3 Fortalecendo as entidades associativistas da(o)s catadora(e)s no processo de reaproveitamento dos resíduos sólidos na MDB	104
4.3.1 A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Norma jurídica <i>versus</i> realidade	104
4.3.2 Catadoras(e)s na MDB – (Neo)Extrativistas dos ecossistemas urbanos na Floresta Amazônica	113
4.3. 3 Adversidades do associativismo empreendedor	115
4.3.4 O desafio da coleta seletiva	120
4. 4 (Re)arborizando a MDB - Meio fundamental para gerar ocupação, emprego e renda para as classes populares e aumentar o conforto ambiental para toda a população ...	124
4.5 Sobre o <i>imperativo categórico</i> de construir um denso e operativo mutirão no campo da educação pública que gira em torno do desenvolvimento das potencialidades endógenas das ecorregiões locais/microrregionais	128
EPÍLOGO – UMA CORRIDA CONTRA O TEMPO	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
Anexo 1 - Resumo Tese de doutorado Jadson Chaves. Meninos em risco na Amazônia	151
Anexo 2 - Descritivo TERPAZ	159
Anexo 3 – Merenda Escolar	163

Anexo 4 - Plano de Roteirização de Coleta Seletiva para o bairro da Pedreira.....	165
Anexo 5 - Uma Proposta de Saf´s para áreas potenciais na Região Metropolitana de Belém	169
Anexo 6 - Programa de Formação de Recursos Humanos Mundos Amazônicos.....	173

PREFÁCIO

Abordando Belém como a Capital mais violenta do país e mostrando que, no *ranking* das cidades brasileiras com as maiores taxas de homicídios, o Pará se faz presente com mais quatro Municípios (Altamira, Marabá, Ananindeua, Marituba e Castanhal), o estudo “Atlas de Violência 2018 – Políticas Públicas e Retratos dos Municípios Brasileiros”, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), proporcionou um notável alvoroço na opinião pública(da) paraense.

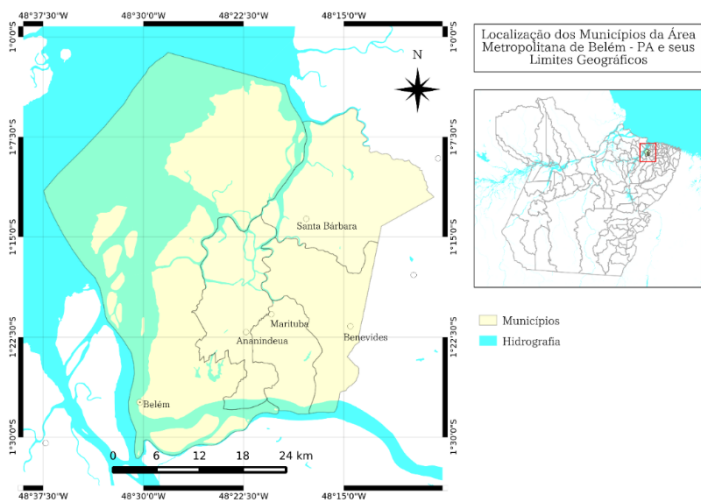
Contudo, por mais que entendamos que as mencionadas informações acabaram potencializando o medo dos paraenses em relação à crônica insegurança que vivenciam em seu cotidiano, o que nos surpreende é o fato de que a maioria dos protagonistas que, por função ou por vontade própria, estão discutindo a violência nas zonas urbanas da região amazônica tenha suplantado o fato de que, desde o início da primeira década do século XXI, estava se formando na Metropolitana de Belém (MDB) uma guerra civil não declarada que começava a devorar especialmente a população jovem do maior polo urbano do Pará. Neste contexto, vale lembrar o estudo de Mitschein, Chaves, Miranda (2006) sobre “Crescimento, Pobreza e Violência em Belém”. Além de mostrar que, naquele momento, 67% dos

agressores e das vítimas se situavam na faixa etária de 18 a 24 anos, apresentava entrevistas com populares que tinham identificado como causas principais da violência na capital paraense a falta de oportunidades dignas de sobrevivência por parte da população vulnerável, a desestruturação das relações familiares nos subúrbios e a insuficiência da organização social na periferia urbana. Além disso, duvidavam que os atores endinheirados que dispõem de poder político e econômico no âmbito local, se protegendo, por sua vez, em condomínios e apartamentos bem vigiados, pudessem se interessar de fato pelos seus problemas, gerados pela violência urbana.

Partindo deste quadro, levantado treze anos atrás, convidamos os leitores deste trabalho para um debate, focalizado, por sua vez, na íntima ligação entre o dramático aumento da violência urbana e a obscena segregação socioespacial que caracteriza a realidade social na MDB. E, a partir do referencial do ecodesenvolvimento (Sachs 2006, Mitschein, Lima 2015), sugerimos, ainda, a viabilização de um elenco de medidas emergenciais, avaliado por nós como insumo indispensável para tentar iniciar a reversão de um cenário sociopolítico dentro do qual crescentes parcelas da população jovem da periferia urbana estão se entregando, cada vez mais, ao inferno da guerra de todos contra todos.

1. A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA METROPOLITANA DE BELÉM (MDB) - FONTE PRINCIPAL DO CÍRCULO VICIOSO DA VIOLENCIA URBANA.

Mapa 1 - Metropolitana de Belém



Fonte: B.C.O Imbiriba e J.R.S. Ramos - LABFIS - IG – UFPA

A MDB¹ forma, através dos Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara um espaço

¹ A nomenclatura oficial divide o Estado do Pará em seis Mesorregiões ou em 12 Regiões de Integração. No âmbito da nossa abordagem adotamos o segundo enfoque classificatório, uma vez que facilita o entendimento de Belém e dos seus municípios vizinhos como um mosaico de elementos urbanos interligados.

urbano integrado, hospedando, com seus aproximadamente dois milhões de habitantes, 40% de toda a população urbana do Pará. Dela faz parte a capital paraense, principal cidade *testemunha* da história da Amazônia brasileira que, depois do *boom* da borracha, entrou numa longa fase de hibernação. Acabou perdendo sua função de entreposto comercial entre o seu *hinterland* e o exterior. A partir daí deixou de se reinventar em termos socioeconômicos: não encontrou nenhuma nova vocação (re)produtiva, numa situação histórica em que o eixo da política do estado nacional tinha se deslocado definitivamente para o objetivo da industrialização retardatária do país. O resultado deste enredo é bem conhecido: em consequência dos desequilíbrios que o Pará sofreu durante a fase do seu acoplamento mais sistemático aos polos economicamente mais avançados do país, a sua capital vivenciou entre 1960 e 1980 uma verdadeira explosão demográfica², proporcionando a ampliação desordenada dos seus subúrbios e a multiplicação das fileiras de uma força de trabalho com baixos níveis de instrução educacional e profissional.

Neste contexto, é pertinente fazer uma rápida referência à pesquisa de Mitschein, Miranda, Paraense (1989) sobre as

² No mencionado período, a população de Belém cresceu por 144 %, alcançando em 1980 a marca de quase 1 milhão de habitantes.

condições de sobrevivência na periferia urbana de Belém que foi realizada em 1987 e da qual queremos destacar os seguintes dados:

- 64,2% dos moradores entrevistados vinham de microrregiões vizinhas como Bragantina, Salgado, Guajarina, Tomé Açu, Campos de Marajó ou Baixo Tocantins como migrantes paraenses de origem rural;
- os principais motivos migracionais, mencionados pelos entrevistados, eram a procura de trabalho, carências infraestruturais no Interior, o desejo de encontrar melhores condições de vida e a necessidade de acompanhar familiares;
- 47 % já tinham visitado Belém pelo menos uma vez antes da migração;
- 65% vieram acompanhados de parentes quando decidiram de morar definitivamente em Belém;
- 60% acharam o primeiro abrigo na casa de parentes ou amigos e
- quase a metade conseguiu, também, o primeiro trabalho remunerado através da indicação de familiares e amigos.

- No que diz respeito às condições de ocupação, emprego, renda e escolaridade dos entrevistados, cabe realçar que:
- apenas 27,3% tinham vínculo empregatício;
- a renda mensal de dois terços não ultrapassava o teto de dois salários mínimos (SM);
- 53,7% achavam mais vantajoso trabalhar por conta própria, mencionando as seguintes razões: "É melhor não ter patrão, há mais liberdade de horário, pode-se ganhar mais";
- 24,3% estavam sem escolaridade e
- 40,3% tinham frequentado o ensino fundamental apenas até a quarta série primária.

Segundo a mencionada pesquisa, chamava atenção a ambivalência com a qual os entrevistados justificavam a sua opção pela cidade grande. A migração se tornou necessária pelas precárias condições de sobrevivência no Interior. Mas se tivessem tido alternativas, teria sido melhor deixar de vir à capital. Por outro lado, não esconderam a sua descrença na auto-organização nos próprios bairros; pela destacada desunião entre

os moradores e, também, pela falta de confiança nos políticos que prometiam *mundos e fundos*, mas, via de regra, não cumpriam a sua palavra. Contudo, tais frustrações não se chocavam com a esperança de poder contar com o favor da figura do *pistolão* que abre portas e remove obstáculos. Entretanto, por mais que os entrevistados tenham abordado com clareza as enormes dificuldades de sua adaptação à um *habitat* urbano, onde a monetarização dos principais insumos de sua reprodução física estava transformando sua vida cotidiana num verdadeiro pesadelo; ao mesmo tempo transmitiam a sua valorização de normas de convivência que diziam respeito à unidade e hierarquia familiares ou ao respeito mútuo entre vizinhos. Normas, aliás, que eles mesmos identificavam com práticas sociais que tinham vivenciado em seus lugares de origem. Como o **mutirão** enquanto mecanismo de ajuda mútua entre agricultores familiares que preparam os seus roçados. Ou o **sistema de aviamento**, uma tradicional relação de exploração na Amazônia entre os representantes do capital comercial e usurário e os produtores agroextrativistas que, não obstante sua dimensão parasitária, tendia a ser encarada pelos últimos como uma relação de benefício mútuo, cumprida por acordos verbais com os aviadores (Santos 1980). De qualquer maneira, as mencionadas experiências faziam parte de uma herança histórico-cultural que,

baseada em formas pré-industriais de vida, mitigavam na fase da acelerada expansão dos bairros periféricos da capital paraense a adaptação das classes subalternas às condições de sua segregação social e espacial. (Mitschein, Miranda, Paraense 1989). No entanto, uma *reserva gratuita de dominação* (ibid. p. 29) desta natureza não é um poço sem fundo numa cidade que priva a maior parte das camadas populares de uma base minimamente civilizatória em áreas tão essenciais como educação, saúde, saneamento, segurança alimentar, emprego e renda: na virada do século XX para o século XXI, em Belém

- 40% das crianças viviam em famílias com uma renda inferior à meio SM,
- 65,5% da população ocupada (POC) ou trabalhavam por conta própria ou sem carteira assinada,
- 54,83 dessa mesma POC não ganhavam mais do que dois SM,
- 45,3 % da população adulta não tinham completado 8 anos de estudo e

- 20% dos mais pobres precisavam se contentar com apenas 1,9% do PIB municipal³.

Contudo, mesmo considerando que, desde o início da redemocratização do sistema político brasileiro, estas camadas socialmente marginalizadas podiam contar por parte das instâncias públicas com o reconhecimento da legitimidade de suas reivindicações pela melhoria das condições de sua sobrevivência, este mesmo reconhecimento acabava não se aproximando à realidade, porque os orçamentos dessas instâncias públicas em nível municipal, estadual e federal não estavam nem minimamente talhadas para isto. E, a partir do acúmulo das demandas não atendidas, acabava se esboçando um cenário em que especialmente a população jovem da periferia urbana começava a virar as costas para regras normativas que, transmitidas tradicionalmente por parte de autoridades constituídas como a igreja, a escola, a polícia ou a justiça, dizem respeito à reprodução pacífica da síntese social. Neste contexto, é pertinente lembrar que, em seu mencionado estudo sobre Belém, Mitschein, Paraense e Miranda (1989, p. 151) abordam as famílias de baixa renda como entidades que, além de

³ Dados do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do PNUD.

protegerem os seus membros em casos de aflições pessoais, também iriam difundir entre os jovens uma atitude respeitosa em relação às leis e à ordem pública. Todavia, quanto ao último quesito, eles se enganaram redondamente: Subestimaram de forma flagrante o redemoinho que a simultaneidade entre as ofertas da sociedade de consumo e a penúria financeira, à qual estão sujeitas as classes populares, provocava na consciência da população jovem na periferia urbana.

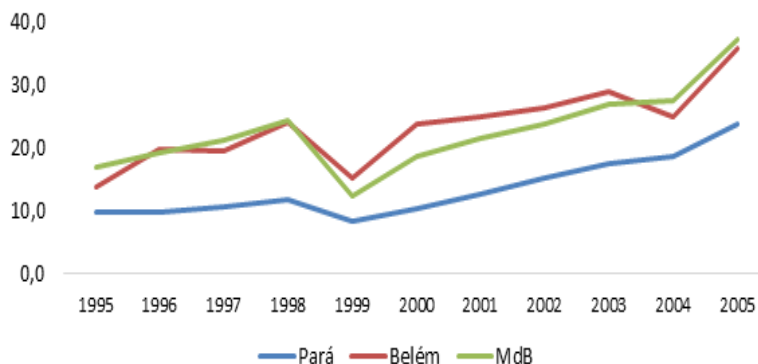
Vivenciando, desde o seu primeiro respiro, a dura realidade do subúrbio e menosprezando, via de regra, a vida nas áreas rurais como *pesadelo da roça*⁴, estes jovens acabaram se tornando já no início de sua adolescência clientela virtual de insinuações mercadológicas que apresentam a aquisição de determinadas marcas de produtos como suposta porta de entrada ao mundo dos *belos e ricos* que vivem nas *ilhas* abastecidas desta assim chamada vila global.

Mas como estes jovens iriam trabalhar a sua exclusão sistemática de acesso à esta esfera de promessas de consumo, transmitidas diariamente pela mídia?

⁴ Expressão de um adolescente no Guamá durante pesquisa realizada por Mitschein, Chaves, Miranda (2006). Segundo os autores, transmitiu um sentimento geral entre os jovens na periferia urbana.

A sua própria resposta em relação à esta indagação não deixava surgir dúvidas. Já que não estavam dispendo dos “meios materiais e simbólicos para rejeitar a definição do mundo social a eles imposta pelas estruturas vigentes” (Bourdieu 1979, p. 331, tradução própria), resolveram adotar, cada vez mais estratégias de autoafirmação que culmina(va)m em atos de violência, dirigidas preferencialmente contra os seus próprios vizinhos e se manifestando, no período de 1995 até 2005, por um aumento notável de homicídios de jovens até 29 anos. (Ver Gráfico 1).

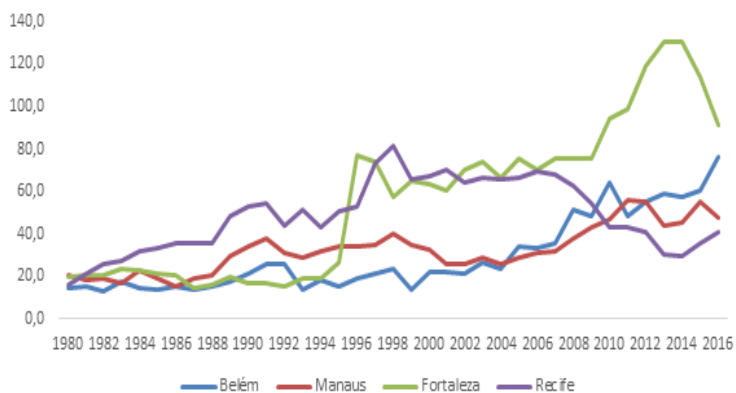
Gráfico 1 - Comparação das taxas de homicídios de jovens até 29 anos por 100 mil habitantes no Pará, Belém e MDB no período de 1995 até 2005



Fonte: DATA SUS, elaboração equipe de pesquisa.

Mas mesmo assim, naquele momento a capital paraense não se destacava como território urbano mais violento do Brasil, considerando que figurava neste *ranking* atrás de Manaus, Fortaleza e Recife. (Ver Gráfico2).

Gráfico 2 - Comparação dos homicídios por 100 mil habitantes em Belém, Manaus, Fortaleza e Recife entre 1980 e 2016.



Fonte: DATA SUS, elaboração equipe de pesquisa.

Contudo, na segunda década deste século XXI, este quadro começou a apresentar uma dinâmica nova e literalmente assustadora.

No período 2013/2016, os homicídios acumulados na MDB abateram 4.753 pessoas, sendo que dois terços

(62%) destes crimes foram executados na própria capital (ver Tabela 1), onde se sobressaíram oito subúrbios (ver Tabela 2), caracterizados por baixos níveis de renda e uma expressiva precariedade no âmbito da infraestrutura social (ver capítulo 2.3).

Tabela 1 - População residente e homicídios acumulados no período 2013/16 nos Municípios da MDB

Municípios MDB	Homicídios					População-2016
	2013	2014	2015	2016	Acumulado	
Belém	685	686	702	856	2929	1.446.042
Ananindeua	293	283	309	348	1233	510.834
Belém	685	686	702	856	2929	1.446.042
Marituba	87	90	83	97	357	125.435
Benevides	44	46	41	59	190	59.836
Santa Bárbara	7	10	10	17	44	20.077
Total	1116	1115	1145	1377	4753	2.162.224

Fonte: SEGUP/DATA SUS, elaboração equipe de pesquisa.

No que diz respeito à Ananindeua e Marituba, eles, do ponto de vista do avanço da violência, estão caminhando na mesma direção como a Capital, uma vez que, no período mencionado, 71,0% e 57,7% dos homicídios registrados nestes dois Municípios foram realizados em áreas caracterizadas por uma expressiva tendência de marginalização social.

Tabela 2 - População residente e homicídios acumulados no período 2013/16 nos oito bairros de Belém que estão liderando o ranking de ataques contra a vida humana

Local	População*	Em %	Homicídios acumulados no período 2013/16	Em %
Belém	1.446.042	100	2.929	100
Bairros				
Cabanagem	27.214	1,9	216	7,4
Bengui	30.963	2,1	191	6,5
Guamá	91.235	6,3	381	13,0
Tapanã	72.941	5,0	268	9,1
Jurunas	65.545	4,5	233	8,0
Outeiro	35.023	2,4	240	8,2
Icoaraci	106.235	7,3	328	11,2
Sacramenta	44.417	3,1	212	7,2
Total	473.573	32,7	2.069	70,6

Fonte: IBGE, elaboração equipe de pesquisa.

E se em Benevides e Santa Bárbara a ocorrência das taxas de homicídios revela altos índices em seus respectivos centros (ver Tabela 3 e 4), isto se deve ao fato de que ambos nasceram como elementos integrais do cinturão periférico da capital paraense, tendo consolidado núcleos próprios, onde, pelo bem ou pelo mal, se movimenta a vida cotidiana de uma grande parcela dos seus cidadãos.

Tabela 3 - População residente, homicídios acumulados e ocorrências por área territorial no período de 2013/16 nos Municípios de Ananindeua e Marituba

Municípios	População	Homicídios acumulados no período 2013/16	Em %
Ananindeua	510.834	1.232	100
Por área territorial			
Icuí-Guajará		186	15,1
Águas Lindas		180	14,6
Distrito Industrial		121	9,8
Cidade Nova		102	8,3
Curuçambá		98	8,0
Coqueiro		67	5,4
Aurá		65	5,3
Guanabara		56	4,5
Total	-	875	71,0
Marituba	108.246	357	100
Por área territorial			
Decouville		91	25,5
Centro		70	19,6
Almir Gabriel		19	5,3
União		16	4,5
Bairro Novo		10	2,8
Total		206	57,7

Fonte: SEGUP, elaboração equipe de pesquisa

Tabela 4 - População residente, homicídios acumulados e ocorrências por área territorial no período de 2013/16 nos Municípios de Benevides e Santa Bárbara

Municípios	População	Homicídios acumulados no período 2013/16	Em %
Benevides	51.651	190	100
Por área territorial			
Centro		130	68,4
Benfica (Centro)		21	11,1
Benfica (Zona rural)		14	7,4
Total		165	86,8
Santa Bárbara	17.141	44	100
Por área territorial			
Centro		27	61,4

Fonte: SEGUP, elaboração equipe de pesquisa.

Por outro lado, não é surpreendente que, diante desta realidade, a mídia tenda a favorecer abordagens bastante sensacionalistas sobre a violência, focalizando atos de delinquentes populares que reforçam entre as camadas mais abastecidas os preconceitos em relação às assim chamadas classes perigosas. E, também, não causa surpresa nenhuma que as narrativas da mídia tenham impactos diretos para o debate público sobre esta temática entre os representantes da esfera política. No que diz respeito a estes últimos, eles poderiam alegar que as imagens transmitidas pelos canais de televisão sobre este

assunto, pela sua seletividade e pelo seu fracionamento, produzem um **mundo simulado** que acaba dificultando a procura de opções de solução. Contudo, via de regra, abrem mão desta possibilidade, insistindo na apresentação de soluções imediatas que, via de regra, negligenciam a proverbial escassez dos recursos técnico-financeiros, à qual estão sujeitos os gestores públicos. Mas, mesmo se este gargalo pudesse ser minimizado pelo menos através da disponibilização de um volume maior de recursos adicionais para o aumento da vigilância policial nas zonas de alto risco, um passo desta natureza, por mais que fosse necessário, não seria suficiente para romper o ciclo de uma violência urbana que, subestimada pelas instâncias públicas, por, no mínimo, duas décadas, estava sendo movimentada já dez anos atrás por motivos como ódio e vingança, ciúmes e separação, conflitos familiares ou fim de namoro e pagamento de pensão alimentícia. (Mitschein, Chaves, Miranda 2006, p. 39 - 42). Motivos, aliás, que se apresentam como resultado da transformação do cotidiano social nos subúrbios num mar de expectativas frustradas, fazendo com que o sentimento da empatia que permite reconhecer e respeitar a condição humana do outro, esteja sujeito à um processo de erosão progressiva, bloqueando, conseqüentemente, a vontade de tratar conflitos interpessoais através de métodos dialógicos. E se ainda levarmos

em conta que, nas duas décadas passadas, a dramática marginalização social nos bairros periféricos da MDB tem sido aproveitada sistematicamente pelos protagonistas do *mundo das drogas* que, através de suas ofertas de *cash* imediato, atraem uma população jovem que vive com uma mão para frente e outra para trás, neste caso é preciso discutir seriamente a opção de criar nas escolas de ensino fundamental e médio cenários alternativos de socialização, focalizados especialmente em estratégias de apoio mútuo e de convivência solidária. Cenários, aliás, cujos condutores devem se relacionar mais intimamente com o estudo de Jadson F. Chaves sobre *Meninos Em Risco Na Amazônia: Modelos de Conduta Desviante de Jovens Aprendidos na FASEPA e de Atendimento Pelo PROPAZ*, defendido em dezembro de 2015 como tese de doutoramento no Departamento de Gestão do Instituto Universitário de Lisboa (**ver anexo 1**). Envolvendo 270 socio-educandos da FASEPA e e 280 alunos da Fundação PROPAZ de ambos os sexos entre 12 e 19 anos e usando a modelagem de equações estruturais bem como a análise de Multigrupos, este mesmo estudo chega à conclusão de que a valorização da interação familiar e o incentivo a hábitos de lazer de cunho instrutivo e lúcido no âmbito do convívio comunitário

inibem o crescimento do sentimento anômico⁵, por sua vez, um poderoso incentivador de condutas desviantes e de práticas antissociais.

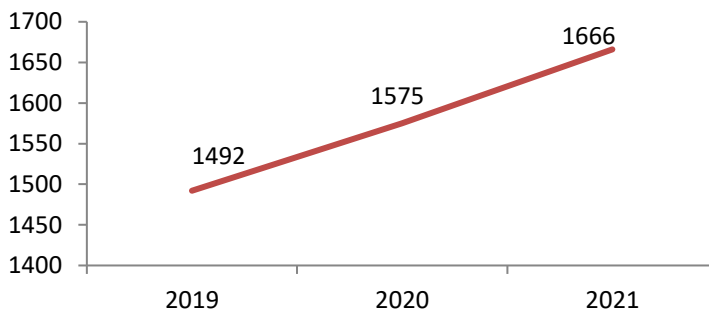
Enfim, levanta dois resultados que podem acender uma luz no final do túnel na medida em que, em parceria com as representações da sociedade civil e do setor privado, as instâncias públicas do ensino fundamental e médio estiverem dispostas de investir numa socialização escolar, focalizada na aplicação de metodologias instrutivo-lúcidas que se abrem para a ecologia e a história sociocultural da maior floresta tropical do planeta. Desta maneira, dariam passos relevantes para tentar neutralizar os impactos nocivos de uma cultura global comercializada que afeta especialmente os jovens dos bairros periféricos da MDB.

Partimos do princípio de que, neste campo específico, Belém deve assumir um papel vanguardista: Precisa viabilizar políticas sociais que, norteadas pelo *Direito à Cidade* (Mitschein, Chaves 2013), defendam a necessidade imperiosa das camadas populares compartilharem as riquezas materiais e culturais de uma sociedade urbana. E caso os principais protagonistas da Capital paraense e dos seus vizinhos municipais fechem os

⁵ Condição psicológica que está caracterizada pela perda de objetivos, da identidade e pelo não cumprimento das regras sociais.

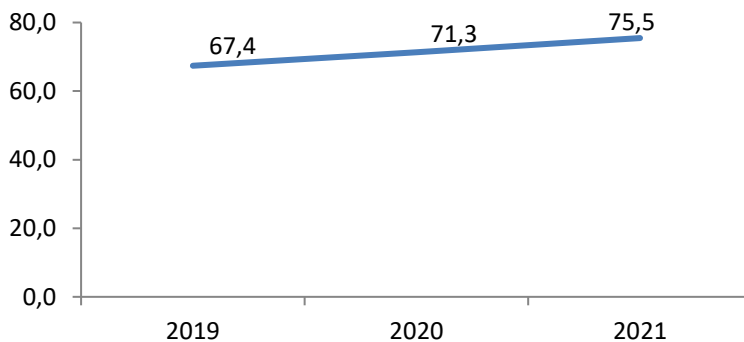
olhos diante desta opção, pode-se prognosticar para os próximos anos um notável crescimento da taxa dos homicídios no maior polo urbano do Pará. (Ver Gráfico 3 e 4).

Gráfico 3 - Estimativa do número de homicídios no período de 2019 até 2021 na Metropolitana de Belém



Fonte: DATA SUS, elaboração equipe de pesquisa.

Gráfico 4 - Estimativa das taxas de crimes violentos por 100 mil habitantes no período de 2019 até 2021 na Metropolitana de Belém

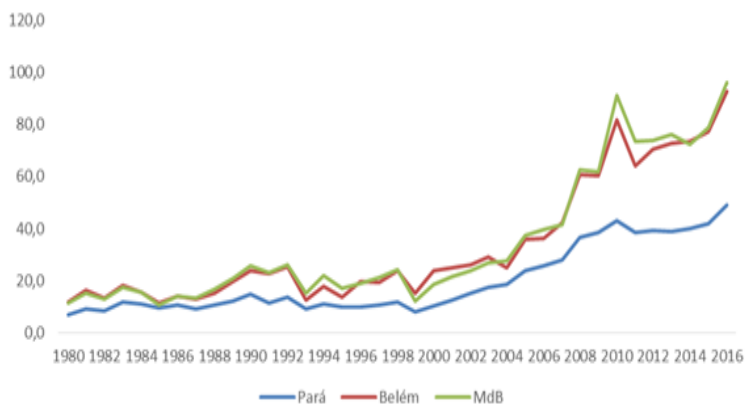


Fonte: DATASUS, elaboração equipe de pesquisa.

Contudo, diante de um cenário deste tipo, é importante realçar que o atual Governo do Pará dá um passo importante ao institucionalizar a Secretaria de Cidadania, cujos objetivos parecem dirigir-se diretamente à problemática acima discutida. Assim, o lançamento do Programa Territórios da Paz (ver anexo2) apresenta-se como iniciativa promissora.

Certamente, o seu desempenho é de suma importância para a redução da violência num Estado em que, no período de 1980 até 2016, o total das taxas de homicídios tem avançado na direção de Belém e da MDB. (Ver Gráfico 5)

Gráfico 5 - Comparativo e evolução histórica das taxas de homicídios envolvendo jovens (0 a 29 anos) por 100 mil habitantes no Pará, Belém e MDB



Fonte: IBGE/DATA SUS, elaboração equipe de pesquisa.

2. A CAPITAL PARAENSE E SEUS VIZINHOS MUNICIPAIS – DADOS BÁSICOS

2.1 População

A Capital Paraense passou entre 1960 e 1980 por uma verdadeira explosão demográfica, tendo alcançado uma taxa anual de crescimento de 6,7% ao ano. Após este notável aumento, nos anos de 2000 e 2010, a sua variação anual baixou para 1,43% e 1,03% respectivamente. (Ver Tabela abaixo).

Tabela 5 - Crescimento da população residente de Belém no período 1960 – 2010

1	2	3	4	Variação absoluta		Em %
1960	1980	2000	2010	De (1) à (2)	534.065	133 6.7 (anual)
399.222	933.287	1.200.355	1.393.399	De (2) à (3)	267.068	28.6 1.43 (anual)
	-	-	-	De (3) à (4)	112.785	8.75 0.87 (anual)

Fonte: IBGE, elaboração equipe de pesquisa.

No que diz respeito ao desenvolvimento demográfico da MDB na primeira década do século XXI (ver Tabela 6), nota-se que:

- Belém sofreu uma redução de sua parcela populacional no conjunto dos Municípios de 71% para 68%,

- Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara revelaram níveis de crescimento que ultrapassaram sensivelmente os de Belém, chegando conjuntamente a um aumento anual de 2.6%, e
- em Benevides e Santa Bárbara, no ano de 2010, 41,17% e 64,77% de sua população, respectivamente, ainda viviam em áreas rurais (ver Tabela 7).

Tabela 6 - Contribuição relativa de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara à composição populacional da MDB - 2000 até 2010

Municípios	2000		2010	
	População Residente	Em %	População Residente	Em %
Belém	1.280.614	71.3	1.393.399	68.21
Ananindeua	393.569	21.89	471.980	23.06
Marituba	74.429	4.12	108.246	5.29
Benevides	35.546	1.94	51.651	2.52
Santa Barbara	11.378	0.61	17.141	0.83
Total	1.795.536	100	2.042.417	100

Fonte: IBGE, elaboração equipe de pesquisa.

Tabela 7 - População residente e rural dos Municípios da MDB em 2010

Municípios	(1) População Residente	(2) População Rural	(1) de (2) em %
Belém	1.393.399	11.924	0,85
Ananindeua	471.980	1.161	0,24
Marituba	108.246	1.123	1,03
Benevides	51.651	22.739	44,02
Santa Bárbara	17.141	11.683	68,15
Total	2.042.417	48.630	2,38

Fonte: IBGE, elaboração equipe de pesquisa.

2.2 Deficit educacional

Conforme a Tabela 8, durante a última década do século XX, nem em Belém e nem em Ananindeua, do ponto de vista de sua população residente - os dois maiores centros urbanos do Pará - a média de anos de estudo da população adulta não chegou a aumentar sequer por um ano. Além disso, o fato de que, em 2010, a taxa de conclusão do ensino fundamental de jovens entre 15 e 17 anos oscilou entre 42,2% (Santa Bárbara) e 51% (Belém) mostra uma nítida tendência de perpetuação do acumulado *déficit* educacional em todos os Municípios da Metropolitana de Belém.

Tabela 8 - Taxa de analfabetismo e média de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais) na Metropolitana de Belém em 1991 e 2000 e índice de conclusão do ensino fundamental de jovens entre 15 e 17 anos em 2010

Municípios	1991		2000		Taxa de conclusão do ensino fundamental de jovens entre 15 e 17 anos
	Taxa de analfabetismo	Média de anos de estudo	Taxa de analfabetismo	Médio de anos de estudo	
Belém	8,9	6,8	6	7,7	51
Ananindeua	9,3	6,2	6,9	7	49,8
Marituba	20,5	4,1	11,9	5,6	50,7
Benevides	22,4	3,8	13,8	5,3	44,8
Santa Bárbara	25,9	3,2	15,8	4,8	42,2

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Portal ODM, elaboração equipe de pesquisa.

2.3 Vulnerabilidade social e violência na periferia urbana

Em 2010, dos 2.040.843 habitantes da Metropolitana 16,4% viviam entre a linha da indigência e da pobreza e embaixo da linha da indigência⁶. (Ver Tabela 9).

⁶ Segundo o governo federal, pessoas com uma renda domiciliar mensal inferior a R\$ 70 vivem abaixo da linha da indigência e as que alcançam um valor de até R\$ 140 se situam entre a linha da indigência e a da pobreza.

Tabela 9 - População residente e população que vive entre a linha da indigência e da pobreza e abaixo da linha da indigência nos Municípios da Metropolitana de Belém/2010

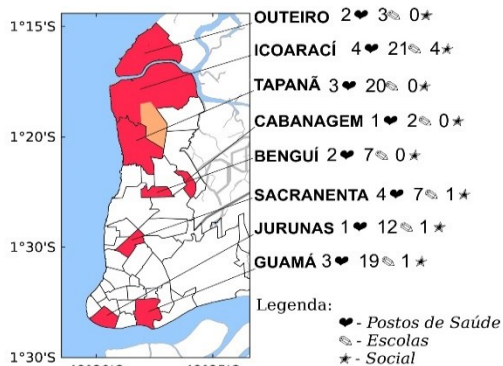
Municípios	População residente	População que vive entre a linha da indigência e da pobreza	Em %	População abaixo da linha da indigência	Em %
Belém	1.393.399	129.586	9,3	86.391	6,2
Ananindeua	471.980	44.838	9,5	33.039	7
Marituba	108.246	12.015	11,1	9.850	9,1
Benevides	51.651	7.231	14	4.597	8,9
Santa Bárbara	17.141	4.251	24,8	2.777	16,2
Total	2.042.417	197.922	9,7	136.654	6,7

Fonte: Portal ODM, elaboração equipe de pesquisa.

Quase dois terços deste segmento populacional eram moradores de Belém. Conforme dados da Caixa Econômica Federal, quatro anos mais tarde, pelo menos 17% da população belenense que sobreviviam com uma renda mensal de meio salário mínimo (meio SM) se hospedavam no Guamá, no Tapanã, em Icoaraci, em Outeiro, no Benguí, na Cabanagem, em Jurunas e em Sacramento, bairros caracterizados por uma infraestrutura social altamente precária nas áreas de saúde, de educação e na disponibilização de postos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (ver Mapa 2). E por mais que tenham abrigado no ano de 2014 apenas 34, 2% do efetivo

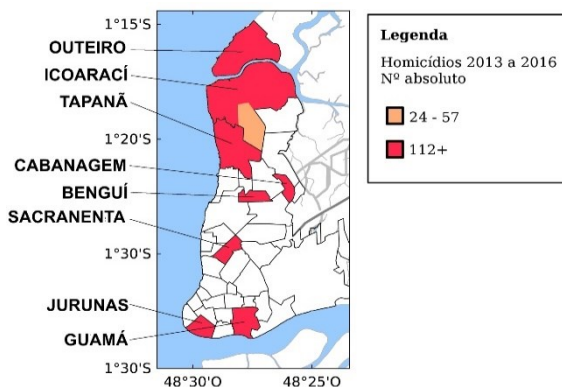
demográfico belenense, estes mesmos bairros se apresentavam, no triênio 2013-2016, como palco de quase 70% dos homicídios cometidos na Capital paraense. (Ver Mapa 3)

Mapa 2 - Condição precária da infraestrutura social nos bairros com maiores índices de homicídios



Fonte: B.C.O Imbiriba – Faculdade de Meteorologia – IG/ UFPA – 2019.

Mapa 3 - 8 bairros de Belém com ocorrência maior de homicídios



Fonte: B.C.O Imbiriba – Faculdade de Meteorologia – IG/ UFPA – 2019.

De qualquer maneira, o que estes dados confirmam com nitidez é que a dramática segregação socioespacial na MDB é a fonte principal do círculo vicioso da violência.

2.4 As finanças municipais

Tabela 10 -Receitas Municipais de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Barbara - 2012 - 2015

Municípios	2012		
	Receita corrente	Receita Transferida	Receita própria em %
Belém	2.079336.913	1.349.075.336	35,1
Ananindeua	422.523.744	320.550.067	24,13
Marituba			
Benevides	70.303.739	66.364.344	5,6
Santa Bárbara	24.643.256	23.749.153	3,6
2013			
Belém	2.182.798.767	1.406.212.009	35,57
Ananindeua	482.588.385	386.177.052	19,97
Marituba	188.435.547	177.014.631	6,06
Benevides	76.538.839	67.559.609	11,73
Santa Bárbara	26.145.722	25.267.041	3,36
2014			
Belém	2.564.889.655	1.594.763.141	37,82
Ananindeua	530.039.377	412.752.239	22,12
Marituba	187.695.223	171.642.978	8,5
Benevides	97.415.767	83.952.643	13,82
Santa Bárbara			
2015			
Belém	2.738.357.070	1.739.336.359	36,48
Ananindeua	590.615.584	465.119.671	21,24
Marituba	217.205.601	196.487.431	9,53
Benevides	101.786.941	89.309.340	12,25
Santa Bárbara			

Fonte: FAPESPA, elaboração equipe de pesquisa.

Segundo pesquisa da Federação da Indústria do Rio de Janeiro (2017), nas regiões do Nordeste e do Norte do Brasil, 93,3% e 90,7% dos Municípios não conseguiam gerar nem 20% de sua receita corrente. No caso da MDB, este dilema está sendo focalizado pela Tabela 10.

O que estes dados mostram é que

- as receitas próprias de Belém e Ananindeua oscilavam entre 22% e 13% respectivamente e
- Marituba, Benevides e Santa Bárbara, fundados entre os anos sessenta e noventa do século passado em sua qualidade de áreas periféricas da capital paraense, conseguiram mobilizar no período em questão recursos próprios de pouca monta, se igualando, neste sentido, à esmagadora maioria dos Municípios paraenses que, perante às instâncias estaduais e federais, vivem literalmente com o pires na mão.

Quanto aos recursos próprios dos Municípios da MDB, eles são provenientes primordialmente de tributos como o IPTU e o ISSQN (ver Tabela 11).

Tabela 11 - Receitas próprias de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Barbara - 2012 - 2015

Municípios	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Belém								
Receita Própria	457.410.893	100	495.376.667	100	555.904.760	100	577.549.496	100
IPTU	58.148.999	12,6	64.442.429	13	71.464.836	12,8	76.325.301	13,2
ISSQN	292.917.747	59,5	290.725.928	58,68	-	-	322.646.598	55,86
Ananindeua								
Receita Própria	51.080.871	110	57.823.962	100	69.449.335	100	67.927.949	100
IPTU	9.060.973	17,7	9.704.850	16,78	13.724.520	19,76	12.528.245	18,44
ISSQN	28.406.932	55,6	27.535.535	42,61	-	-	35.595.545	52,4
Marituba								
Receita Própria	-	-	8.922.456	100	12.563.879	-	17.405.453	100
IPTU	-	-	1.085.169	12,16	2.058.652	25,85	1.690.973	9,7
ISSQN	-	-	5.085.905	57	-	-	9.089.803	52,2
Benevides								
Receita Própria	3.623.578	100	8.435.283	100	12.126.610	100	8.309.502	100
IPTU	25.712	0,7	1.258.636	14,9	1.791.485	14,76	984.156	11,84
ISSQN	2.768.925	76	5.768.333	68,38			4.152.173	50
Santa Bárbara								
Receita Própria	130.169	100	697.984	100	-	-	-	-
IPTU	40.052		64.087	9,18	-	-	-	-
ISSQN	182.406	34,4	194.930	27,9	-	-	-	-

Fonte: FAPESPA, elaboração equipe de pesquisa.

Uma ideia da despesa orçamentária de Belém no triênio 2015-2017 transmite a Tabela 12 mostrando que:

- os gastos com pessoal e encargos sociais chegaram a bater no limite legal de 60%,
- o pagamento para juros e encargos da dívida alcançou nem 3%, o que, diante das restrições, enfrentadas pelos gestores municipais em relação a projetos de endividamento, não é algo surpreendente, e
- no período de observação os investimentos giravam entre 20% e 15%.

No que diz respeito ao último aspecto, é preciso ressaltar que o volume de recursos disponíveis neste item específico, se for dividido pelo número de habitantes da capital paraense, levantado pelo Censo de 2010, se movimentava no período 2015 a 2017 entre \$R343,33 e \$R 234,46 per capita.

Mas, diante do fato de que as finanças dos Municípios da MDB se caracterizam por uma enorme dependência de transferências intergovernamentais, o controle dos próprios gestores locais sobre as receitas é consequentemente frágil. Além disso, os seus altos custos com pessoal e encargos sociais, são,

em grande parte, responsáveis pelas atividades truncadas no campo dos investimentos.

Tabela 12 - Orçamento de Belém em R\$ 2015 - 2017

	2015	%	2016	%	2017	%
Despesas Correntes	2.324.280.856	100	2.757.456.636	100	2.693.078.419	100
Pessoa e Encargo Pessoal	1.380.215.500	59.38	1.546.387.730	56	1.605.063.691	59.9
Juros e encargo das dividas	49.674.095	2.1	69.751.543	2.52	59.888.173	2.2
Investimentos	474.309.585	20.4	604.258.450	21.9	396.290.732	14.7
Reserva de contingencia	76.954.883	3.31	105.602.557	2.91	106.010.983.50	3.93

Fonte: TCM, elaboração equipe de pesquisa.

Nesse contexto, vale destacar que, no âmbito do índice FIRJAN de GESTÃO FISCAL, criado pelos indicadores receita própria, gastos com pessoal, liquidez, investimentos e custo da dívida, Belém, entre 2016 e 2018 sofreu uma rebaixada no ranking das capitais brasileiras do 13º para o 21º- integrando-se no conjunto daqueles municípios que terminaram 2018 sem recursos em caixa para cobrir as despesas postergadas para o próximo ano (FIRJAN, 2019).

2.5 A Economia da MDB - Presa na armadilha de um terciário hipertrofiado

O que caracteriza o desempenho da economia da MDB na primeira década do século XXI é que:

- aproximadamente 86% do estoque de empregos se concentravam nos setores do comércio, dos serviços e da administração pública (ver Tabela 13);
- as taxas de ocupação da população em idade de trabalhar (10 anos ou mais de idade) oscilavam entre 41,3% e 49,86% (ver Tabela 14) e
- o crescimento da POC que ganhava até 2SM era notavelmente maior do que o total da população efetivamente ocupada (ver Tabela 15).

Tabela 13 - Estoque de emprego no comércio, nos serviços e na administração pública nos Municípios da MDB –

2005 e 2015

Municípios	2005				
	(1) Estoque Total	(A) Comércio	(B) Serviços	(C) Administração pública	Em % (A)+ (B)+ (C) de (1)
Belém	299.983	51.904	92.382	117.426	88.7
Ananindeua	49.956	13.490	14.017	6.279	68
Marituba	7.200	1.260	1.543	2.776	77.5
Benevides	3.478	728	372	1.028	61.2
Santa Barbará	970	13	113	378	58
Total	361.587	67.395	108.427	127.887	84
Municípios	2010				
	(1) Estoque Total	(A) Comércio	(B) Serviços	(C) Administração pública	Em % (A)+ (B)+ (C) de (1)
Belém	391.168	71.657	132.238	142.073	88.4
Ananindeua	56.418	17.283	15.413	8.311	85
Marituba	13.300	2.119	3.852	5.298	85
Benevides	6.236	1.376	639	1.512	56.6
Santa Barbará	1.305	48	16	631	53.3
Total	468.427	92.483	152.156	157.825	86
Municípios	2015				
	(1) Estoque Total	(A) Comércio	(B) Serviços	(C) Administração pública	Em % (A)+ (B)+ (C) de (1)
Belém	416.999	74.478	157.145	138.837	88.8
Ananindeua	66.636	19.008	21.838	10.805	78
Marituba	18.491	3.923	4.760	6.372	81.4
Benevides	9.846	2.414	1.565	2.084	62
Santa Barbará	1.684	107	213	682	59.5
Total	513.656	99.930	185.521	158.780	86.5

Fonte: FAPESPA, Estatística Municipal, elaboração equipe de pesquisa.

Tabela 14 - População em idade de trabalho (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada (POC) em 2000 e 2010

Municípios	2000				2010			
	(A) PIA	(1) PIA	(2) POC	Em % (2) de (1)	(B) PIA	(3) PBA	(4) POC	Em % (4) de (3)
Belém	1.039.895	568.521	421.813	40.56	1.188.026	663.589	595.399	50.11
Ananindeua	308.211	171.970	137.723	44.68	394.224	225.162	199.899	45.7
Marituba	56.137	27.428	21.325	38	88.136	46.908	40.003	45.4
Benevides	26.755	13.345	10.245	38.3	41.882	22.740	19.578	46.7
Santa Bárbara	8.505	4.253	3.435	40.3	13.729	6.584	5.823	42.4
Total	1.439.503	785.517	594.541	41.3	1.725.999	964.983	860.702	49.86

Fonte: FAPESPA, Estatística Municipal, elaboração equipe de pesquisa.

Tabela 15 - Crescimento da POC na classe de rendimento até 2SM na MDB em 2000 e 2010

Municípios	2000			2010		
	POC	Até 2SM	%	POC	Até 2SM	%
Belém	460.540	252.221	54.82	595.399	407.306	68.4
Ananindeua	137.723	78.938	57.3	189.899	150.480	75.3
Marituba	21.335	14.449	67.75	40.003	31.503	78.75
Benevides	10.245	6.713	68.77	19.576	16.225	83
Santa Bárbara	3.435	2.448	71	5.823	4.751	81.10
Total	633.281	354.787	56.02	854.700	610.265	71.40

Fonte: FAPESPA, Estatística Municipal, elaboração equipe de pesquisa.

Tabela 16 - PIB'S dos Municípios da Metropolitana de Belém e sua participação relativa no PIB paraense

Município	PIB em Mil Reais	Participação relativa no PIB paraense
Belém	17.987.323	23,11
Ananindeua	3.669.747	4,71
Marituba	633.231	0,81
Benevides	599.178	0,77
Santa Bárbara	66.930	0,08
Total	22.956.410	29,48
Pará	77.847.597	100

Fonte: IBGE Cidades, elaboração equipe de pesquisa.

Tabela 17 - Demonstrativo da evolução da oferta de Produtos Hortigranjeiros Comercializados na CEASA/PA – 2016/2017

Procedência	Oferta (Volume em Kg)				Variação	
	2016	%	2017	%	Absoluta	%
Outros Estados	200.544.950,55	77,30	209.968.044,30	80,23	9.423.093,75	4,70
Pará	56.386.049,75	21,74	50.250.393,65	19,20	-6.135.656,10	-10,88
Outros Países	2.492.687,30	0,96	1.504.995,00	0,58	-987.692,00	-39,62
Total	259.423.687,30	100,00	261.723.432,95	100,00	2.299.745,65	0,89

Fonte: CEASA/DITEC/COAC, 2017, elaboração equipe de pesquisa.

Ou seja, por mais que tenha respondido em 2010 por aproximadamente 30% do PIB paraense (ver Tabela 16), a MDB se apresenta como um polo urbano pobre que nem no campo do atendimento das demandas alimentícias de seus habitantes, consegue estimular em escalas maiores o consumo de produtos

regionais, uma vez que, conforme tabela (17), no biênio 2016/17, apenas 27% (!!!) dos Hortigranjeiros comercializados na CEASA foram produzidos no próprio Pará.

De qualquer maneira, no que concerne à este estado altamente precário da economia microrregional, causado pelas imposições do colonialismo lusitano e perpetuado pelas mais diversas formas do colonialismo interno, ele coloca os principais protagonistas da MDB diante de uma alternativa crucial: Ou continuam entendendo o futuro do maior polo urbano paraense como uma simples prorrogação do passado, amarrando-o definitivamente na armadilha de um terciário hipertrofiado que é responsável por aproximadamente três quartos do PIB da MDB (Ver tabela 18) e mantem a esmagadora parcela da população num estado de sobrevivência precária. Ou, um século após o desmoronamento do *boom* da borracha, começam a entender a condição tropical do Pará como um fabuloso trunfo para a criação de uma moderna civilização da biomassa, capaz de gerar *backward* e *forward linkages* entre as áreas rurais e urbanas em sua qualidade de multiplicadores dos tão cobiçados efeitos de ocupação, emprego e renda especialmente para as camadas populares. Retomaremos esta questão mais adiante.

Tabela 18 - Composição do PIB da MDB por setor e média em % em 2000 e 2010

Ano	(1)	Em %	(2)	Em %	(3)	Em %	(4)
	Setor 1	(1) de (4)	Setor 2	(2) de (4)	Setor 3	(3) de (4)	Total
2000	10.113	0,15	912.775	14,1	4.962.473	72,58	6.464.402
2010	31.987	0,17	2.525.862	14	12.100.397	70	17.987.323

Fonte: IBGE Cidades, elaboração equipe de pesquisa.

3. O PARÁ E A MDB – VIVENDO DE COSTAS PARA ESTRATÉGIAS DE APROVEITAMENTO DAS POTENCIALIDADES ENDÓGENAS DE DESENVOLVIMENTO DAS ECORREGIÕES AMAZÔNICAS

“Amanhã se chega em Manaus – escreveu Mario Andrade em 1927 ao poeta Manuel Bandeira durante a sua viagem à Amazônia – e não sei que mais coisas bonitas enxergarei por este mundo de águas. Porém me conquistar mesmo a ponto de ficar doendo no desejo, só Belém me conquistou assim. Meu único ideal de agora em adiante é passar uns meses morando no Grande Hotel de Belém. O direito de sentar naquela terrace em frente das mangueiras tapando o Teatro da Paz, sentar sem mais nada, chupitando um sorvete de cupuaçu, de açaí. Você que conhece o mundo, conhece coisa melhor do que isso, Manu (...) Belém eu desejo com dor, como se deseja sexualmente, palavra. Não tenho medo de parecer anormal para você, por isso que conto esta confissão esquisita mas verdadeira que faço de vida sexual e vida em Belém. Quero Belém como se quer um amor. É inconcebível o amor que Belém despertou em mim ...”

É pertinente destacar que o escritor brasileiro externou a sua confissão de amor num momento histórico em que a Capital paraense ainda guardava a elegância e o charme de uma urbanização que, financiada pelas exportações do Látex, difundiu a ideia de que Belém tinha se transformado numa espécie de *Paris na América*. Entretanto, esta presunção, bastante cultivada no meio da elite local, não resistiu ao fato de que, como ressalta

magistralmente Roberto Santos (1980), o contexto regional não tinha *produzido* uma classe empresarial da estirpe de um Visconde de Mauá (Caldeira 1997), capaz de encaminhar no âmbito da economia internacional um processo de reinvenção do maior polo urbano da Amazônia⁷.

Diante deste dilema, vale lembrar como, após a Segunda Guerra Mundial, Antônio Rocha Penteado (1968, p.183) comentava as perspectivas de desenvolvimento de Belém como metrópole moderna.

“Sem luzes pelas ruas – realçou o Professor da Universidade Federal do Pará que tinha visitado a capital paraense pela primeira vez em 1948 em companhia do geógrafo francês Pierre Gourou - , sem dispor de água em quantidade suficiente às suas necessidades, sem energia para que houvesse um desenvolvimento industrial razoável, a capital do Pará não decaía: estava como estagnada na sua evolução, à espera de um novo surto de progresso, consequência de fatores que até

⁷ “O aproveitamento industrial da borracha nativa – escreve o intelectual paraense (ibid., p. 304) – jamais foi objeto de cogitação antes do Plano de Defesa da Borracha (1912) e jamais se concretizou até a experiência de Bitar (1930); aceitava-se como dado que a industrialização do produto continuasse a se fazer no exterior. O empresário local típico era homem de poucas luzes, destreinado com os contatos da economia mundial e os progressos da técnica, nem lhe ocorrendo nem remotamente o pagamento de licenças e patentes para produzir em Belém o que se produzia no exterior. Havia exceções, mas estas preferiam a atividade comercial. Quando a Amazônia precisava de um Mauá, no fim do século XIX, a disponibilidade corrente era a do empresário mediano.”

então desconhecia, lhe trouxesse condições socioeconômicas para transformá-la numa grande cidade.”

Mas quais poderiam ter sido as forças motrizes que proporcionariam uma façanha deste tipo?

Será que a capital paraense teria tido condições de caminhar em direção como a adotada pela Cidade-Estado Singapura no Sudeste Asiático? Localizada também no círculo equatorial, devia a sua inserção no mercado mundial também à sua privilegiada posição geográfica (ver Mapa 4) e, depois de sua independência política em 1965, acabou se afirmando como um dos tigres do continente asiático (ver Hugh 1996).

Mapa 4 - Belém do Pará e Singapura - Entrepósitos comerciais na linha do Equador



Fonte: B.C.O Imbiriba e J.R.S. Ramos - LABFIS - IG – UFPA

Certamente, não! Aliás, por uma razão bastante clara. Um projeto desta natureza, além de não ter feito parte dos anseios da elite local/regional, passou longe de uma estratégia industrializante que, concebida para completar a matriz tecnológica do país por parte dos governos militares, tinha abordado em seu *II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-1979*, com todas as letras o aproveitamento seletivo das riquezas naturais da Amazônia como ferramenta essencial para garantir “a manutenção de altas de crescimento do PIB, através de ampla contribuição em relação ao setor de comércio exterior” (SUDAM 1976, p. 52). Nestes termos, introduzia na *Região de Fronteira Tropical* um modelo de crescimento, chamado de *desequilibrado e corrigido*. *Desequilibrado* porque favorecia aqueles setores econômicos (Mineração, Extração Madeireira, Pecuária, Pesca Empresarial, Lavouras Seleccionadas, Indústrias Eletrolíticas e Eletrotérmicas), dos quais se esperava vantagens comparativas no âmbito do mercado mundial. E *corrigido* porque previa intervenções por parte do Estado para mitigar os desequilíbrios que a implementação do mencionado modelo trazia necessariamente em seu bojo. Contudo, o que a ação corretiva da *mão pública* pressupõe, além da capacidade técnica de planejamento, é ter *poder de fogo* em termos financeiros. No entanto, fatores como o pagamento dos crescentes encargos da

dívida externa, modestas taxas de crescimento econômico e, certamente, o avanço das receitas do *fundamentalismo de mercado* fizeram com que este *poder de fogo* minguasse expressivamente nas duas décadas antes da virada do século. Em consequência disso, na Amazônia, a *administração* dos conflitos sociais entre atores tão diferentes como trabalhadores sem-terra, garimpeiros, povos indígenas, grandes empresas de mineração, pecuaristas e madeireiros, passava cada vez mais para as mãos dos protagonistas das esferas municipais e estaduais dentro da própria região. Mas considerando que este processo de “*revigoração do poder local e regional*” (Rocha 2008, p. 44) era o resultado da crise de um projeto de modernização nacional, os poderes locais, supostamente revigorados, em momento algum dispunham dos meios técnicos e financeiros para enfrentar de fato os problemas socioeconômicos e ambientais que estavam enfrentando diariamente. E, como cabe realçar, continuam vivendo nesta mesma situação. Na região inteira! Apesar do fato de que, na década passada, o governo federal tenha insistido na retomada do papel do Estado como indutor do desenvolvimento nacional, implementando um modelo de *capitalismo organizado* que girava em torno da função estruturante das instituições públicas. Mas que, obviamente, não fugia das imposições de um sistema econômico global que obriga todos os seus *stakeholders*

a rezar o pai nosso da competitividade sistêmica, aprofundando, assim, a polarização social e econômica entre os e dentro dos territórios do espaço nacional, perpetuando, assim, a condição da Amazônia como refém do mencionado modelo de crescimento desequilibrado que, por sua vez, afetou especialmente o Pará.

Tendo sido o palco estratégico da assim chamada valorização da região durante o ciclo dos governos militares, este Estado apresenta atualmente uma característica bastante peculiar. Contribui para o PIB nacional com modestos 2, 1%, mas *joga* na área do comércio exterior *como time grande*, ocupando entre os estados exportadores do Brasil um lugar de destaque.

Ganha, portanto, *hard cash* para o país inteiro; porém, nesta condição, está sendo prejudicado pela Lei Kandir que, desde setembro de 1996, isenta do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), destinados aos mercados externos. No caso paraense, a pauta destes mesmos produtos é dominada pela mineração, pela indústria madeireira e pela pecuária que conjuntamente representam hoje as *locomotivas* da economia do Estado, mas, ao mesmo tempo, revelam baixos níveis de agregação de valor, gerando, portanto, tênues efeitos de ocupação e emprego e renda. E já que os setores mineral e madeireiro estão alocando os seus investimentos conforme a

ocorrência geográfica das matérias primas que são do seu interesse, estão potencializando de forma dramática a polarização socioeconômica no âmbito do Estado. Uma polarização, aliás, que se manifesta por meio da concentração da produção de crescentes parcelas do PIB estadual num número decrescente de suas unidades municipais (ver Tabela 19), acompanhada pelo aumento do contingente urbano do efetivo demográfico paraense em todas as suas mesorregiões geográficas (ver Tabela 20), atingindo, inclusive, aqueles Municípios, cuja população residente não ultrapassa o número de 25.000 habitantes. (Ver Tabela 21).

Tabela 19 - Ranking dos 10 maiores PIB's municipais a preços de mercado corrente no Estado do Pará - 2010

Ranking dos maiores PIB'S	Mil R\$	Part. em %
Belém	17.987.323	23,11
Parauapebas	15.918.216	20,45
Ananindeua	3.669.747	4,71
Marabá	3.611.647	4,63
Barcarena	3.550.233	4,56
Tucuruí	2.817.702	3,62
Santarém	2.051.529	2,64
Canaã dos Carajás	1.559.968	2
Castanhal	1.749.213	1,86
Paragominas	1.235.379	1,59
Total dos 10 Municípios	53.834.377	69,15
Total dos 134 demais Municípios	24.013.219	30,85
TOTAL GERAL	77.847.597	100

Fonte: Mitschein, Chaves (2013, p. 27)

Tabela 20 - População residente, urbana, rural e taxa de urbanização nas mesorregiões geográficas do Estado do Pará

Mesorregiões Geográficas	Taxa de Urbanização			
	População Residente (1)	População Urbana (2)	População Rural	(2) de (1) em %
Metropolitana de Belém	2.437.279	2.252.203	185.094	92,4
Sudeste Paraense	1.647.514	1.149.813	497.698	70
Nordeste Paraense	1.789.387	873.237	916.150	49
Baixo Amazonas	736.432	426.999	309.433	58
Sudoeste Paraense	483.411	277.852	205.599	57
Marajó	487.010	211.452	275.558	43

Fonte: Mitschein, Chaves (2013, p. 79)

Tabela 21 - População residente, urbana e taxa de urbanização em quatro grupos de Municípios paraenses, divididos pelo número dos seus habitantes

Grupos de Municípios em habitantes	(1) População Residente	(2) População Urbana	Taxa de Urbanização
Mais de 100.000	3.204.121	2.862.002	89,32
Mais de 50.000	1.853.113	1.077.158	58,13
Mais de 25.000	1.368.566	679.380	49,64
Menos de 25.000	1.162.278	573.019	49,30

Fonte: Mitschein, Chaves (2013, p. 81)

Fazemos questão de ilustrar esta tendência a partir do setor mineral no Sudeste Paraense que deu os seus primeiros passos com a implantação do Ferro Carajás. Tratava-se de um Programa cujas perspectivas de rentabilidade tinham sido avaliadas inicialmente com bastante ceticismo por diversos observadores, que duvidavam, depois do *boom* pós-guerra, que as indústrias siderúrgicas do hemisfério Norte poderiam demandar, na escala desejada, o minério da Serra dos Carajás. Seguiam, desta maneira, um raciocínio que não contava com o espetacular crescimento econômico de países emergentes como a China, que se tornou o maior comprador dos minérios extraídos no Pará. No entanto, o aproveitamento de recursos naturais não renováveis, por mais que a sua escala esteja aumentando vertiginosamente, não representa garantia nenhuma de que os territórios que hospedam tais atividades, estejam caminhando rumo à sustentabilidade social e econômica. Considerando que no Brasil a política tributária é prerrogativa da esfera federal, os representantes das instâncias estaduais e municipais estão sem nenhuma ingerência neste campo específico. Precisam aceitar a *lei Kandir* que, ao liberar bens e serviços exportados da taxaçoão do ICMS, aumenta a competitividade internacional das empresas do setor mineral, melhora - em situações de demanda aquecida por insumos minerais - o desempenho da balança comercial do

Brasil e deixa os paraenses literalmente com o *pires na mão* diante do cenário da destruição socioambiental em seu próprio quintal⁸.

E, também, não têm como não aceitar o fato de que, nas condições da legislação atual, as mineradoras precisam pagar *royalties* somente àqueles municípios que abrigam a atividade mineral. Trata-se de uma regra que incentiva a transformação de municípios vizinhos em primos ricos e primos pobres, aprofundando, desta maneira, a polarização socioeconômica dentro do próprio contexto mesorregional. Além disso, é preciso lembrar que, uma vez implantados, os grandes projetos minerais, pelo fato de serem altamente capital-intensivos, estão proporcionando a partir do momento de sua operação apenas tênues efeitos de ocupação, emprego e renda em nível local. Neste contexto, basta mencionar o projeto S 11D em Canaã dos Carajás, um investimento na ordem de US\$ 16.5 bilhões que, conforme a própria Vale, deve gerar durante a sua vida útil, prevista para um prazo de 40 anos, minguados 2.598 empregos diretos. (Mitschein, Chaves, Miranda, Imbiriba, Paixão 2016, p. 65)

⁸ Segundo fontes do Governo do Estado, o Pará perdeu até janeiro de 2019 quarenta bilhões de reais pela aplicação da Lei Kandir.

Em princípio, poder-se-ia se enfrentar esta problemática através da implementação de estratégias ousadas de verticalização no setor mineral. E, nos últimos anos, não havia falta de planos que pretendiam caminhar nesta direção. Cabe mencionar aqui o projeto *Aços Laminados do Pará* (ALPA). Visava a ampliação da cadeia de ferro no Estado através da implantação de uma usina industrial no Município de Marabá que deveria chegar a uma produção de até 10 milhões de toneladas de placas e bobinas laminadas, envolvendo em sua primeira fase um investimento de US\$ 3,7 bilhões e prevendo, inclusive, linhas de beneficiamento das placas de aço semiacabadas através de uma parceria industrial entre a Vale e o Grupo Aço Cearense.

Contudo, decidido em março de 2008 numa reunião no Palácio de Planalto em Brasília entre representantes do Governo Federal, da Vale e do Governo Estadual, este projeto, como é de notório saber, não se concretizou. Aliás, por uma razão pouco surpreendente: as reduções significativas de custo, alcançadas nas últimas décadas na área do transporte internacional, não incentivam as mineradoras a apostar na montagem de amplos e diversificados parques industriais em regiões que estão distantes dos grandes mercados da economia mundial. Pelo contrário, as estimulam a continuar exportando as riquezas minerais dos subsolos amazônicos com baixos níveis de valor agregado. Aliás,

a partir de um regime de acumulação que, determinado pela imperiosa necessidade de anular o espaço pelo tempo, acaba se impondo na própria paisagem física da região através do crescimento de assentamentos humanos que, em sua essência, funcionam como pontos focais da circulação de um excedente de mão de obra para os períodos da construção dos grandes empreendimentos da indústria mineral e da implantação e da ampliação das vias de escoamento dos seus produtos para os mais diversos mercados internacionais. Exemplos paradigmáticos desta lógica urbanizadora são os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás.

O primeiro, criado nos anos 80 do século passado como uma vila improvisada para garantir o fornecimento da mão de obra e de insumos industriais complementares ao *Ferro Carajás*, faz parte hoje das 15 unidades municipais do Pará que abrigam mais de 100.000 habitantes. E o segundo, nascido na mesma época como colônia agrícola, quintuplicou entre 2000 e 2010 a sua população residente em virtude da exploração das reservas de minério de cobre dos seus subsolos. Atualmente, ambos se destacam como duas ilhas de crescimento no âmbito da economia paraense, tendo produzido em 2010, com apenas 2.35% da população residente do Estado, quase um quarto do seu respectivo PIB e ocupado, no mesmo ano, lugares de destaque no

ranking dos dez maiores PIB's per capita dos municípios paraenses. (Ver Tabela 22)

Tabela 22 - Ranking dos maiores PIB's per capita a preços de mercado corrente dos Municípios do Estado do Pará – 2010

Municípios	R\$
Parauapebas	103.404
Canaã dos Carajás	58.367
Barcarena	35.573
Tucuruí	29.016
Oriximiná	19.220
Floresta do Araguaia	16.223
Marabá	15.427
Almerim	12.751
Belém	12.921
Paragominas	12.633
Média no Estado do Pará	10.259

Fonte: Mitschein, Chaves (2013, p. 56)

No que diz respeito à esta dinâmica polarizadora do crescimento da economia paraense, ela tem sido potencializada pelo extraordinário fluxo de investimentos que o Pará internalizou no período de 2012 a 2016. Envolvendo um volume de recursos financeiros de aproximadamente R\$130 bilhões, destinados, em grande parte, à indústria mineral, à melhoria da infraestrutura portuária e ao aproveitamento do potencial hidroelétrico paraense, envolveu 23 Municípios nas regiões,

Grande Belém, Carajás e Tapajós. Mas, na realidade, direcionou **três quartos dos seus investimentos e dois terços dos seus empregos previstos para** somente cinco (05) unidades do universo municipal paraense (ver Tabela 23), que abrigam apenas 7% da população residente e 9% da população urbana do Estado.

Tabela 23 - Investimentos e empregos previstos nos Municípios de Barcarena, Canaã dos Carajás, Marabá, Parauapebas, Altamira (Rio Xingu) no período de 2012 a 2016

Municípios	Investimento	Em % a (X)	Empregos	Em % a (Y)
Barcarena	17.120	13,2	39.390	24,22
Canaã dos Carajás	25.092	19,35	9.814	6,06
Marabá	13.016	10,04	26.856	16,14
Parauapebas	10.336	7,97	4.700	2,9
Rio Xingu/Altamira	30.000	23,14	18.700	11,56
Total	95.564	73,72	99.460	61,49
Pará	129.619 (X)	***	161.752 (Y)	***

Fonte: FIEPA 2012, elaboração equipe de pesquisa.

Contudo, se esses cinco municípios forem avaliados por indicadores como o nível educacional da população adulta e jovem, ou pelos índices de vínculo empregatício da população em idade de trabalhar na faixa etária de 17 a 29 anos, pouco se diferenciam da baixa média paraense nesses mesmos quesitos

(ver Tabelas 24, 25), trazendo à tona, portanto, que, mesmo nas *ilhas de crescimento* da economia paraense, reproduzem-se as mesmas mazelas sociais, às quais está sujeita a esmagadora maioria da população do Estado.

Tabela 24 - Taxa de analfabetismo e média de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais) e taxa de conclusão de ensino fundamental entre jovens de 15 a 17 anos nos Municípios de Barcarena, Canaã dos Carajás, Marabá, Parauapebas e Altamira - 1991, 2000 e 2010

Municípios	1991		2000		2010
	Taxa de Analfabetismo	Média de ano de estudo	Taxa de Analfabetismo	Média de ano de estudo	Taxa de conclusão do ensino fundamental entre jovens de 15 a 17 anos
Barcarena	23,9	4,3	16,2	5,3	39,2
Canaã dos Carajás	42,4	2,1	25,3	3,4	41,4
Marabá	30,3	3,8	22,7	5	44,4
Parauapebas	24,6	4,6	19,9	5	49,6
Altamira	35	3,4	22,8	4,6	47,3
Pará	28,5	4	20,6	5	-

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Portal ODM, elaboração equipe de pesquisa.

Tabela 25 - Vínculo empregatício da população em idade de trabalhar na faixa etária de 17 a 29 anos nos Municípios de Barcarena, Canaã dos Carajás, Marabá, Parauapebas, Altamira e no Estado do Pará

Município	Até 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Soma das faixas	% Participação
Altamira	48	1.954	2122	4.124	40,5
Barcarena	55	2.431	3456	5.942	34,3
Canaã dos Carajás	11	944	1069	2.024	40,7
Marabá	290	9.046	9498	18.834	45,1
Parauapebas	187	9.033	9443	18.663	49,1
Total do Estado	2.965	13.8956	18.0757	32.2678	33,9

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, elaboração equipe de pesquisa.

De qualquer maneira, o que estes dados revelam é que, no Pará, as modalidades de sua inserção no arquipélago da economia (inter)nacional consolidaram um processo de *urbanização selvagem* que:

- segrega, porque nega à esmagadora maioria da população o já mencionado direito à cidade, como direito das classes populares de compartilhar as riquezas materiais e culturais de uma sociedade urbana,
- uniformiza, porque sujeita especialmente a população jovem às mensagens de uma cultura global comercializada que, transmitidas diariamente pela mídia e os seus programas de divertimento, tira-lhe, no

dizer de Adorno e Horkheimer (2006, p. 119, tradução própria), "a última ideia de resistência que a (sua) realidade ainda deixa subsistir" e

- tem se tornado a principal fonte do aumento dos índices de criminalidade e de violência até nos Municípios de menor porte.

Contudo, é preciso destacar que esta tendência, consolidada e ampliada a partir da implantação dos grandes projetos no setor mineral, na indústria madeireira ou na área agropecuária, veio à tona já durante os anos 60 na Capital paraense. Naquele momento, Belém começava a se tornar um mero receptáculo dos efeitos nocivos de uma política de modernização que acabou minando o *status quo ante* no Pará, mas deixou de colocar em prática as promessas da modernidade, antecipando, neste sentido, com a informalização do mercado de trabalho, a favelização do espaço urbano e a omissão do Estado local diante das vigentes mazelas sociais e ambientais três fatores que, do ponto de vista de sua dinâmica, estão intimamente interligados e, caracterizam, hoje, o crescimento dos assentamentos humanos em todo o Estado.

Por outro lado, é preciso reconhecer que tem aumentado na MDB o número de instituições técnico-científicas que, ligadas

à esfera pública como a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e a Universidade do Estado do Pará (UEPA) ou oriundas do setor privado como o Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) ou a Universidade da Amazônia (UNAMA) - todas envolvidas na discussão sobre o futuro da maior floresta tropical do planeta a partir do uso sustentável dos seus recursos naturais.

Neste contexto, vale mencionar o *Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá* que, instalado no Campus da Universidade Federal do Pará, se dedica ao desenvolvimento de soluções tecnológicas e à promoção da inovação, direcionada ao aumento da produtividade e da competitividade do Pará nas áreas de Biotecnologia, Tecnologia da Informação e Comunicação, Energia, Monitoramento Ambiental e Tecnologia Mineral. O PCT envolve iniciativas como: o Centro Agroalimentar de Compostos Bioativos da Amazônia, Instituto Tecnológico Vale de Desenvolvimento Sustentável, Laboratório de Qualidade do Leite da Região Norte do Brasil, Laboratório de Engenharia Biológica, Laboratório de Sensores e Sistemas Embarcados, Laboratório de Referência em Fitossanidade e Manejo, Laboratório de Óleos Vegetais e Derivados, Laboratório de Instrumentação para Produtos Agroindustriais.

Oferecendo terrenos de 2.500 a 10.000 m² para a implantação de *médios e grandes empreendimentos de base tecnológica e centros empresarias ou de PD*⁹ ele segue a concepção dos assim chamados *clusters* que, ao defenderem a fórmula do "cooperar para competir", procuram se afirmar nos mercados (inter)nacionais através da criação de um ambiente de inovação e de aprendizagem mútua em certos elos de ligação de uma determinada cadeia produtiva.

Abre-se mão de discutir, aqui e agora, as chances reais do PCT se tornar uma espécie de *Silicon Valley* em plena selva amazônica. Mas mesmo se tivesse condições para se afirmar nesta linha de ação, gerando resultados de excelência no âmbito da pesquisa técnico-científica que se transformassem em boas ideias comerciais e, ainda, recebesse o *backup* de protagonistas do setor financeiro, possíveis êxitos neste campo, como revelam inúmeros exemplos mesmo nos países centrais do capitalismo ocidental, não são garantia para multiplicar efeitos de emprego, ocupação e renda justamente para aqueles setores sociais que vivem fora do "sistema de riqueza baseado no conhecimento" (Toffler 2007, p. 51). E isto – como é óbvio - vale especialmente

⁹ Todas as informações sobre o PCT têm como fonte: www.pctguama.org.br.

para o espaço urbano da MDB, onde, como demonstrado anteriormente, o déficit educacional se destaca por dimensões estrondosas.

Diante desta realidade, os protagonistas políticos e sociais da RMB que procuram uma alternativa ao atual estágio de deterioração civilizatória no maior polo urbano do Pará, estariam bem aconselhados se abrissem seus olhos para o referencial do (eco)desenvolvimento (Sachs 2006, Mitschein, Lima 2016), uma vez que este *permite matar dois coelhos com uma cajadada só*. Ao entender a condição tropical do Estado como um fabuloso trunfo para a criação de uma civilização original da biomassa, insiste no uso múltiplo dos recursos naturais renováveis para a produção de alimentos, rações, adubos verdes, materiais de construção, insumos industriais, biocosméticos ou fármacos, gerando, assim, perspectivas promissoras para a geração dos tão cobiçados efeitos para frente e para trás entre as zonas rurais e urbanas em cada unidade territorial. E ao entender os ecossistemas ainda intactos como um renovável tesouro de insumos para as mais diversas necessidades humanas está justificando de uma maneira didaticamente clara a necessidade imperiosa de sua proteção.

Certamente, pode-se alegar que uma estratégia deste tipo vingaria somente e caso o Governo Federal resolvesse de, no dizer de Roberto Mangabeira Unger (2008, p.1), “fazer do soerguimento da Amazônia prioridade brasileira na primeira metade do século 21”,

- transmitindo para a sociedade nacional a necessidade da transformação das áreas já desmatadas - uma gigantesca massa territorial de quase 800.000 km² - num espaço de inovação técnico-econômica em torno da elevação sistemática da "produtividade primária da biomassa dos campos, da floresta e das águas" (Sachs 2006, p. 23), como início da revisão de um modelo de acumulação que desperdiça de forma nítida as potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais em **todas** as regiões do território nacional,
- formando com os seus vizinhos latino-americanos um bloco de cooperação regional que estivesse determinado a afirmar no jogo da geopolítica e da geoeconomia internacionais através da viabilização de instituições financeiras autônomas, instrumentos próprios de controle dos recursos naturais disponíveis, meios de comunicação independentes, um inteligente sistema de segurança militar e da ampliação das

capacidades técnico-científicas dos seus membros associados e, *last but not least*,

- mostrando aos protagonistas de um mundo globalizado cada vez mais sujeito à destruição das bases naturais da própria sobrevivência humana que a atuação brasileira no *continente amazônico* privilegiará a preservação dos extraordinários serviços ambientais que a maior floresta tropical do planeta está suscitando em benefício da humanidade toda.

Porém, na medida em que é preciso reconhecer que os principais atores da política nacional estão separados por distâncias *oceânicas* de uma proposta desta natureza e a Amazônia, em sua articulação com o sistema político-econômico global, se apresenta como elo mais frágil, será que isto não significa que os governos estaduais e municipais dentro da própria região estão condenados a andar à reboque das forças exógenas?

Significa, sem dúvida, que a *maré continua não sendo pra peixe*, especialmente para o Estado do Pará, onde as modalidades de sua inserção no mercado mundial têm proporcionado uma dramática polarização socioespacial. Contudo, esta condição não inviabiliza de antemão as unidades de gestão local como virtuais polos de disputas públicas sobre a

escolha de políticas econômicas que se adequem às especificidades das ecorregiões amazônicas. Finalmente, os Municípios, em sua qualidade de instancias autônomas na organização político-administrativa do Brasil, representam uma esfera virtualmente privilegiada para a elaboração e a implementação de iniciativas inovadoras nos campos social e ambiental. Iniciativas, aliás, para as quais a narrativa sobre a criação de uma civilização original da biomassa se apresenta como um denominador comum para um amplo elenco de territórios, dentro dos quais a MDB se destaca pela seguinte contradição: compartilha, sem dúvida, todos os efeitos negativos das aglomerações urbanas desta assim chamada *vila global*, tendo entrado, diga-se de passagem, já nos anos oitenta do século passado naquilo que Mike Davis (2005) chama de *planeta favela*¹⁰ Mas, ao mesmo tempo, se destaca, no âmbito do *arquipélago* da economia paraense, por duas vantagens comparativas de suma relevância: Dispõe com os seus aproximadamente 2 milhões de habitantes de um mercado interno considerável e, ainda, concentra o maior número de

¹⁰ Em sua abordagem sobre o avanço do planeta favela no hemisfério sul o autor norte-americano faz uma referência explícita à *Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia: O Caso de Belém*, publicado em 1989 por Mitschein, Miranda, Paraense.

entidades técnico-científicas por km².. Ambas merecem ser aproveitadas de forma sistemática e inteligente através da formulação de políticas que apostem nas vocações amazônicas do Pará¹¹, incentivando concomitantemente a constituição de parcerias entre instancias públicas, sociedade civil e setor privado.

¹¹ No caso do Pará, mencionamos, a título de exemplo, as seguintes vocações (re)produtivas:

- A cadeia dos recursos pesqueiros, envolvendo atividades de processamento como a filetagem, a produção de ração a partir dos resíduos e a transformação da pele do peixe em couro, um produto que associa um alto índice de valor agregado com investimentos de baixo custo para sua confecção final;
- Projetos agrosilvipastoris que podem contribuir para a diversificação da indústria de derivados de leite e de carne no âmbito estadual;
- Uma fruticultura que aposte em sabores tropicais como Mangaba (*Hancornia speciosa*), Bacuri (*Plantonia insignis* Mart.), Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) ou Açaí (*Euterpe oleracea*);
- Um setor moveleiro que esteja disposto de desenvolver um design amazônico, centrado na bio- e sociodiversidade regionais;
- O aproveitamento das sementes das oleaginosas para a indústria cosmética e fitoterápica;
- Iniciativas de *avoided deforestation*, relacionadas com aos ainda incipientes mercados de carbono;
- O amplo campo da segurança alimentar, ligado especialmente à agricultura familiar;
- Um turismo diferenciado que parte das particularidades ecológicas e histórico-culturais de cada território e
- Um setor de serviços que precisa interconectar e, consequentemente, fortalecer uma miríade de empreendimentos locais/regionais, dedicados ao aproveitamento múltiplo da biomassa terrestre e aquática nos moldes mencionados.

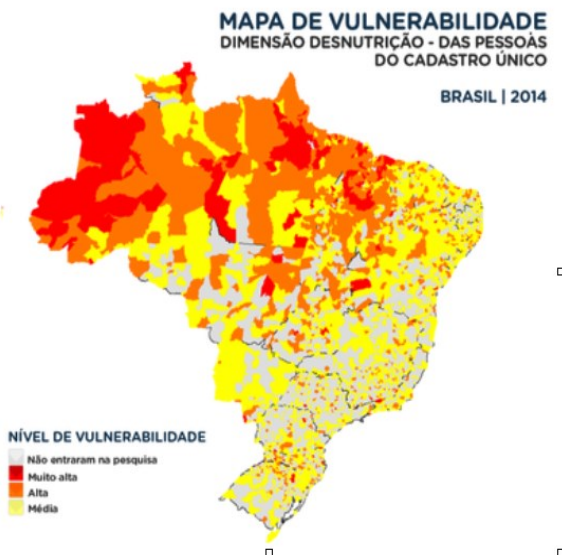
4. AÇÃO JÁ - COMBATENDO A INÉRCIA ATRAVÉS DA VIABILIZAÇÃO DE CINCO INICIATIVAS EMERGENCIAIS

Altos índices de comprometimento das receitas com despesas de custeio e uma expressiva dependência das transferências federais e estaduais caracterizam, faz bastante tempo, a situação de todos os Municípios do Brasil, afetando, inclusive, as capitais dos Estados, cujo índice médio de arrecadação própria, conforme dados do Tesouro Nacional (Graner 2016) é de apenas 44%. Trata-se de uma vulnerabilidade financeira que ganha dimensões redobradas numa metrópole como a MDB, onde o acúmulo de problemas como os engarrafamentos intermináveis no centro da cidade, os buracos nas ruas, o aumento da criminalidade, o precário acesso aos postos de saúde por parte das classes populares, a supressão das áreas verdes ou os lixões ao céu aberto chocam-se diretamente com a rígida limitação dos orçamentos municipais. Cria-se a partir daí um clima de inércia que precisa ser combatido através da implementação de um conjunto de iniciativas emergenciais, norteadas, por sua vez, pela convicção de que a reversão do atual declínio das condições civilizatórias na MDB está essencialmente ligada à melhoria das condições de vida das classes populares e à uma verdadeira revolução no âmbito da

educação pública. Enfim, iniciativas que, debatidas com os atores envolvidos, devem aproximar de forma transparente e eficaz as boas ideias da sustentabilidade à precária realidade da população de baixa renda, deixando-se nortear pelo princípio de que o *empowerment* destas camadas é uma conditio *sine qua non* para o funcionamento de uma civilização urbana, sustentada em princípios democráticos. De qualquer maneira, trata-se de um desafio que exige especialmente dos representantes da academia a vontade de “encorajar por todos os meios experimentos ao vivo”, uma vez que estes, no dizer de Ignacy Sachs (2006 p. 149), “são de longe o elemento mais dinamizador na busca de alternativas de desenvolvimento e de novos estilos de vida”.

4.1 (In)Segurança alimentar e nutricional, cestas básicas regionalizadas e a necessidade imperiosa de empoderar as mulheres na periferia urbana

Mapa 5 - Vulnerabilidade nutricional no Brasil



Fonte: Conselho Federal de Nutricionistas - CFN. Disponível em:
<http://www.cfn.org.br/index.php/mdsa-classifica-159-municipios-em-risco-de-inseguranca-alimentar-e-nutricional>.

Segundo Estudo Técnico da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (versão atualizada em 21/10/2016), 159 Municípios brasileiros vivenciam sérios riscos de insegurança alimentar e nutricional. Deste total, 41.5% se

encontram na Região Norte. No que diz respeito ao Estado do Pará, ele, conforme Mapa 5, essa vulnerabilidade nutricional oscila entre as classificações *alta* e *muito alta*, mostrando que a subnutrição enquanto resultante de um consumo inadequado de calorias, proteínas e nutrientes que compromete o pleno desenvolvimento das faculdades físicas e intelectuais de uma faixa expressiva das camadas de baixa renda, continua se apresentando como um problema acentuado neste Estado. De qualquer maneira, justifica de fazer uma rápida referência à instituição da ração essencial que, acoplada à lei do Salário Mínimo de 1938, tem gerado inúmeras *cestas de alimentos* no Brasil. Algumas delas derivaram da direta observação da demanda dos domicílios como: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/Fundação Getúlio Vargas - FGV) entre 1961 e 1963, Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) de 1974 e 1975 e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE) de 1987 e 1988. A partir desses levantamentos, determinaram-se os principais componentes da dieta praticada pela média das famílias, em certo tempo e território, partindo da hipótese de que as escolhas de consumo dos indivíduos se baseassem numa racionalidade que buscava a otimização do bem-estar a partir da renda disponível e dos preços vigentes.

Outras “cestas” fundamentaram-se em propostas provenientes do campo da saúde pública, procurando suprir, pelo menos parcialmente, recomendações nutricionais, norteadas, por sua vez, pela tentativa de se adequar às prerrogativas fisiológicas dos organismos humanos.

Infere-se, portanto, que os dois processos de construção de “cestas de alimentos” apresentam características distintas, inerentes aos contextos técnico-científicos, aos quais estão ligados. Contudo, ambos tendem a avaliar o consumo alimentar verificado como indicador seguro para o acompanhamento dos custos de uma nutrição saudável. E na medida em que esta hipótese se revelar como algo questionável, trabalha-se com sinalizadores falsos, aferindo preços de produtos que não correspondem necessariamente à uma dieta saudável e equilibrada. Diante deste dilema, vale lembrar a argumentação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas e da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo que, a partir de uma avaliação da “Cesta Básica” do *Departamento Intersindical De Estatística E Estudos Socioeconômicos* (DIEESE), originado através de uma Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego no Município de São Paulo, insistiu na necessidade de criar uma ponte sólida entre a monitoração dos preços dos ingredientes da cesta e a definição

de uma dieta efetivamente saudável, garantindo a oferta regular de insumos proteico-calóricas e de macro e micro nutrientes como ferro, cálcio, iodo e magnésio. Mas, ao mesmo tempo, esta dieta, diante da dimensão continental do Brasil, precisa ser discutida sob o aspecto das tradições e preferências alimentares bem como em relação às opções de produção em cada região.

Num centro urbano como a MDB, onde, no ano de 2010 a renda mensal de 40,21% da POC não ultrapassava o teto de 1 SM, fatores como a subnutrição bem como a vivência em ambientes físicos altamente deficientes e o acesso precário a serviços sociais fundamentais (saúde, educação etc.) fazem parte do cotidiano de uma parcela considerável da população que, por sua vez, enfrenta o risco de se tornar vítima da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA). Esta condição castiga especialmente as mulheres que, além de responsáveis pelos serviços reprodutivos em casa, estão assumindo, devido a altos índices de separação dos seus parceiros, cada vez mais o papel de principal arrimo financeiro da família. Sujeitas tanto na família como na sociedade de um modo geral à um sistema de poder que obstaculiza o seu pleno desenvolvimento físico e intelectual, as mulheres de baixa renda sofrem uma condição de violência que merece ser qualificada de estrutural (Galtung 1972/1990) e da qual, em sua esmagadora maioria, não se

libertarão individualmente. Neste sentido, o gênero feminino do *planeta favela* (Mike Davies) está literalmente condenado a procurar saídas coletivas do seu calvário através da experimentação de formas de organização própria que, num primeiro momento, podem girar em torno de necessidades imediatas como segurança alimentar¹², cuidados básicos de saúde e melhorias palpáveis do seu ambiente físico.

No que diz respeito à questão do acesso regular a uma dieta adequada e variada, este desafio deve ser enfrentado através da viabilização de cooperativas de consumo, constituídas, inicialmente, por 100 sócias em bairros como Guamá, Tapanã, Icoaraci, Outeiro, Benguí, Cabanagem, Sacramento e Jurunas que abrigam 30% das pessoas da capital paraense com uma renda média mensal de 1/2 SM. Contudo, é obvio que estas mesmas cooperativas, nos primeiros três anos do seu funcionamento, precisam de suporte externo. Quanto às filigranas organizacionais e administrativas, a UFPA através do Instituto de

¹² É de notório saber que a produção alimentícia está organizada em cadeias globais que dispõem de infraestruturas logísticas, cadeias (inter)nacionais de supermercados e de instituições financeiras que lhes garantem um máximo de competitividade. Contudo, se levarmos em conta que 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras são oriundas da agricultura familiar, salta aos olhos que a soberania alimentar em nível regional é algo economicamente viável na medida em que for objetivo explícito das instituições públicas, da sociedade civil organizada e de possíveis aliados no setor privado.

Ciências Aplicadas (ICSA) ou do próprio Programa Trópico em Movimento, e da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) podem dar apoio importante em relação a este quesito. E no que diz respeito à sua capitalização é preciso aproveitar duas fontes: um subsídio por parte do governo municipal no valor de R\$ 150.000 no primeiro ano, para cada cooperativa, e contribuições financeiras próprias que, inicialmente, não devem ultrapassar a quantia de R\$10 por mês para cada cooperanda. De qualquer maneira, com tais entradas financeiras as sete cooperativas nos mencionados bairros disporiam nos primeiros 12 meses de sua existência de um volume de recursos de R\$1.800.000, permitindo-lhes comprar dos agricultores de pequeno porte da MDB e de mesorregiões vizinhas alimentos como farinha de mandioca, arroz, feijão, frutas, legumes, peixe, carne, frango, ovos a serem oferecidos para os membros das cooperativas por preços que permitiriam proporcionar uma nutrição mais adequada e variada. Por outro lado, a segurança alimentar como elemento integral de uma vida saudável exige que as cooperativas concentrem sua atenção também nos hábitos de alimentação, nos cuidados básicos de saúde e na necessidade de pensar em ambientes físicos mais confortáveis na periferia urbana. Diante deste desafio, precisam insistir na operacionalização de uma estreita cooperação com as

universidades públicas preferencialmente nas áreas da nutrição, da saúde, da arquitetura, das engenharias e das ciências sociais que, em cada um dos mencionados bairros, devem traçar propostas para construir bairros socioecologicamente mais sustentáveis. Contudo, por mais que a presença do mundo universitário neste *mutirão* seja de fundamental importância para a disponibilização de tecnologias apropriadas em nível local (que, sem sombra de dúvida, são de fundamental importância para a implementação de alternativas viáveis ao vigente *status quo*) o que os acadêmicos deveriam sempre considerar é que a potencialização política dos insumos de sua capacidade técnico-científica está intimamente ligada à sua vontade de construir uma sinergia íntima com o “grito” das populações socialmente marginalizadas pelo seu *Direito à Cidade*. (Harvey 2012).

4.2. Investindo na merenda escolar de cardápio amazônico

Através do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** o governo federal repassa para estados, municípios e escolas federais valores financeiros de caráter complementar para a cobertura de 200 dias letivos, tendo como base de cálculo o número dos alunos matriculados nas diferentes redes de ensino.

O programa é acompanhado e fiscalizado por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Tribunal de Contas, da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

De acordo com os dados oficiais, o PNAE destinou, entre 2016 e 2018, R\$9.1 bilhões para a aquisição de alimentos, alcançando, assim, 41 milhões de aluna(o)s.

No que diz respeito especificamente à capital paraense, a supervisão técnica do PNAE é realizada pela Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE) que, vinculada à Secretaria Municipal de Educação (SME), está encarregada de planejar, executar, controlar e avaliar a aquisição e a distribuição da merenda escolar. Cabe destacar que a nossa abordagem sobre a merenda em Belém se sustenta fundamentalmente nos dados de um Relatório do recém criado **Programa TCM –PA Nas Escolas** ((Tribunal de Contas do Município de Belém, Belém, abril 2018) que auditou 14 escolas de ensino fundamental em bairros (ver Tabela 26), onde, diga-se de passagem, o avanço da violência é uma realidade cotidiana.

O que chama a atenção no mencionado relatório é que, no ano de 2017, a previsão do repasse de recursos do PNAE e do Tesouro Municipal não coincidiu com a previsão das despesas com alimentação escolar, revelando um déficit de R\$1.089.236. Consequentemente, “houve redução da variedade de alimentos e do quantitativo per capita de alguns alimentos dos cardápios ofertados” fazendo com que “o Programa de Alimentação Escolar executado pelo município de Belém, não esteja alcançando os seus objetivos, qual seja, suprir no mínimo 15% das necessidades nutricionais dos alunos durante a permanência na escola.” (ibid. p.33).

Tabela 26 - Relação das Escolas Auditadas em Belém

Cód. Inep	Nome da Escola	Distrito/ Bairros	Nº de entrevistados	
			Alunos	Professores
15040968	Escola Municipal Rui da Silveira Brito	DABEL / Marco	28	9
15043070	Escola Municipal Gabriel Lage da Silva	DABEN / Tapanã	22	11
15142264	Escola Municipal Palmira Lins Carvalho	DAENT / Marambaia	35	7
15563472	Escola Municipal Terezinha Souza	DAENT / Castanheira	21	8
15040682	Escola Municipal Amália Paumgarten	DAGUA / Guamá	32	13
15040712	Escola Municipal Honorato Filgueiras	DAGUA / Jurunas	22	6
15040836	Escola Municipal Nestor Nonato de Lima	DAGUA / Jurunas	30	6
15040674	Escola Municipal Maria Stellina Valmont	DAGUA / Terra Firme	34	13
15042995	Escola Municipal Maria Madalena Raad	DAICO / Icoaraci	30	13
15043347	Escola Municipal Anna Barreau Meninea	DAMOS/ Mosqueiro-Ariramba	26	6
15043401	Escola Municipal Donatila Santana Lopes	DAMOS/ Mosqueiro-Farol	31	9
15569624	Escola Municipal Helder Fialho	DAOUT / Outeiro	28	9
15039269	Escola Municipal Inês de Mendonça Maroja	DASAC / Barreiro	30	10
15040941	Escola Municipal Maria Luiza Pinto do Amaral	DASAC / Sacramento	29	9
TOTAL			398	129

Fonte: TCM- abril 2018, elaboração equipe de pesquisa.

Durante a sua auditoria o TCM avaliou 14 cardápios que, elaborados pelo FMAE e apreciados pelo CAE, corresponderam a 163 dias letivos.

Tabela 27 - Cardápio elaborado pela MFAE

Cardápio	Frequência	%
Mingau de aveia, arroz / fubá de milho / milho branco / farinha de tapioca	36	18,00 %
Achocolato com biscoito cream cracker ou pão com manteiga ou pupunha	10	5,00 %
Café com leite, biscoito maisena, pão com manteiga pupunha	12	6,00 %
Suco de caju ou goiabada, com biscoito maria chocolate ou rosquinha leite ou pão com ovo ou pão com manteiga	23	11,50 %
Açaí com tapioca	1	0,50 %
Ovos mexidos com arroz e farinha ou macarrão	8	4,00 %
Frango com macaxeira e arroz / frango paraense (tucupi e jambu), arroz / Salpicão de frango (Cenoura, Chuchu, Tomate), arroz, feijão preto / Frango cozido com batata doce, arroz / Frango com purê de abobora e arroz / frango guisado com macaxeira, arroz / Frango guisado com jambu, arroz / Cubo de frango com feijão verde, arroz	73	36,50 %
Carne bovina acebolada com arroz / Baião de dois com carro / Macarronada com carne em cubos / Cubos de carne, arroz	7	3,50 %
Peixe desfiado ao m olho de tomate, arroz / Caldeirada de peixe (batata, chicória), arroz farinha	6	3,00 %
Sopa cremosa de carne com abobora, arroz / Sopa de feijão com carne, chuchu e couve / Canja de frango com batata doce e cenoura	24	12,00 %
TOTAL	200	100 %

Fonte: TCM, elaboração equipe de pesquisa.

Por outro lado, cabe destacar que, conforme o Relatório do TCM, quase 60% das/dos aluna(o)s não consomem a merenda oferecida ou a aproveitam no máximo duas vezes por semana. Uma ideia de suas justificativas transmite a Tabela 28.

Tabela 28 - Principais razões do não consumo

Unidade Escolar	Merenda ruim	Não gosta da merenda do dia	Não quero	Lancho em casa
Maria Stellina Valmont	50,00	26,47	35,29	20,59
Honorato Filgueiras	13,33	46,67	20,00	13,33
Ruy da Silva Brito	47,06	41,18	35,29	11,76
Terezinha Souza	68,42	63,16	42,11	0,00
Prof. Helder Fialho Dias	75,00	7,14	3,57	3,57
Palmira Lins de carvalho	59,38	56,25	25,00	3,13
Maria Madalena Raad	28,57	50,00	35,71	25,00
Gabriel Lage da Silva	47,62	47,62	23,81	38,10
Amália Paumgartten	57,14	57,14	19,05	9,52
Nestor Nonato Lima	66,67	40,00	33,33	20,00
Anna Barrau Mininéia	100,00	64,00	12,00	20,00
Donatila Santana Lopes	53,57	42,86	25,00	7,14
Ines Maroja	83,33	20,00	10,00	6,67
Maria Luiza Pinto Amaral	73,08	30,77	11,54	23,08

Fonte: TCM, elaboração equipe de pesquisa.

É notável que este quadro está diretamente ligado a problemas de gestão como o número reduzido de manipuladores de alimentos nas próprias escolas, a precária capacitação dos mesmos manipuladores, a inadequada manutenção das cozinhas escolares, a falta de programas de higiene e de controle de pragas nas salas de manipulação da merenda escolar, aspectos que o Relatório do TCM aborda com clareza, oferecendo aos atores envolvidos uma série de recomendações que reproduzimos no **anexo 3**.

Por outro lado, fazemos questão de destacar que, numa época em que os famosos *chefs* do Brasil inteiro estão descobrindo e apreciando as delícias da cozinha paraense em sua qualidade de cozinha original, a FMAE deveria orientar as/os seus nutricionistas a desenvolver cardápios de cunho amazônico, criando, assim, a base para viabilizar uma regra normativa do próprio PNAE que aconselha aproveitar pelo menos 30% dos valores repassados para a aquisição direta de produtos da agricultura familiar. Não pode haver dúvida de que uma iniciativa desta natureza fortaleceria as atividades deste segmento do setor primário na própria MDB bem como em Municípios próximos de territórios vizinhos. Contudo, uma política desta natureza pressupõe uma interação estreita entre as secretarias de educação, de economia e de meio ambiente dos

Municípios envolvidos com o intuito de preparar um diálogo permanente entre alunos, pais, mestres, nutricionistas, merendeiras e produtores locais de alimentos em benefício de uma merenda escolar que garanta uma alimentação saudável às/aos aluna(o)s das redes públicas de ensino, repassando, passo a passo, para as entidades da agricultura familiar a responsabilidade de abastecer as escolas com os seus produtos.

4.3 Fortalecendo as entidades associativistas da(o)s catadora(e)s no processo de reaproveitamento dos resíduos sólidos na MDB

4.3.1 A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Norma jurídica *versus* realidade

A PNRS, instituída pela Lei Federal 12.305 e regulamentada pelo Decreto 7.404, ambos de dezembro de 2010, reúne o conjunto de objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal na área dos resíduos sólidos, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Municípios ou particulares. Diferencia entre resíduos e rejeitos. Define os primeiros como insumos a serem reutilizados, reaproveitados e/ou reciclados. Entende os segundos como resíduos que, depois de terem sido esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos

tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, precisam ser depositados de uma forma ambientalmente adequada. E, ainda, estabelece uma clara hierarquia de ações em relação ao tratamento dos resíduos girando em torno de princípios que podem ser resumidos nos seguintes termos: **Não gerar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Tratar e Dispor**

Além disso, insiste na viabilização de estratégias de gestão integrada dos resíduos que, além de baseadas em diagnósticos de cada região, devem se afirmar prioritariamente nos seguintes campos de ação:

I - Inclusão Social

Um dos diferenciais mais relevantes da PNRS é que ela estimula o processo de inclusão dos catadores como forma de enfrentamento das desigualdades sociais. O Decreto 7.405/10 instituiu o Programa Pró-Catador, que segue diretrizes do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.

II - Responsabilidade Compartilhada

A inclusão do princípio da Responsabilidade Compartilhada leva em conta o fato de que todos, do

produtor/fabricante ao consumidor, passando pelo comerciante e pelo poder público, são responsáveis por desenvolver as ações previstas na norma e nos seus desdobramentos legais nos Estados e Municípios. Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, poder público, titulares dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, todos responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos e pela efetividade das ações voltadas para assegurar a política nacional de resíduos sólidos.

A responsabilidade do **consumir** se consagra de forma plena quando o sistema de Coleta Seletiva está implantada pelo poder público municipal, pois o consumidor está obrigado a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, além de disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução. A responsabilidade do consumidor cessa somente quando há a disponibilização adequada para a coleta ou quando há adesão ao sistema de logística reversa.

Aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes cabe: investir no desenvolvimento, na fabricação e na colocação de produtos que utilizem menor quantidade possível de resíduos sólidos na sua fabricação e, após terem sido

usados pelo consumidor, possam ser reciclados ou destinados adequadamente; divulgar informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos gerados pelos seus produtos; recolher os produtos e resíduos remanescentes após o uso e destina-los corretamente; e, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

O poder público municipal é responsável pela coleta e destinação final dos resíduos, devendo implementar progressivamente a separação dos resíduos secos e úmidos, além da segregação dos resíduos conforme sua constituição ou composição. Também poderá instituir incentivos econômicos aos consumidores que participarem do sistema de coleta seletiva. Como detém o poder de polícia administrativa, o poder público além de ser responsável pela implementação da política nacional de resíduos sólidos, também deve fiscalizar o seu cumprimento pelos demais sujeitos e sanciona-los quando agirem ao arrepio da lei.

III - Planos de gerenciamento dos resíduos

Os planos de gerenciamento de resíduos sólidos, além de elaborados pelo setor produtivo acima destacado, devem ser elaborados pelo Governo Federal (o Plano Nacional), pelos Governos Estaduais (os Planos Estaduais e Microrregionais) e pelos Municípios (os Planos Municipais).

Ao priorizar a coleta de resíduos sólidos previamente separados em Lixo Seco e Lixo Úmido, possibilitando sua declaração para a coleta seletiva ou compostagem, a legislação valoriza os aspectos ambientais e econômicos e o desenvolvimento e a inclusão social.

IV - Logística reversa

É o conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. Ela deverá ser implementada por meio de acordos setoriais, regulamentos expedidos pelo setor público e termos de compromisso. Os seguintes produtos e embalagens fazem parte da logística reversa:

- Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens;
- Pilhas e baterias;
- Pneus;
- Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- Produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

V - Educação Ambiental

A PNRS estabelece os seguintes compromissos do Poder Público com a Educação Ambiental:

- Incentivar atividades de caráter educativo e pedagógico, em colaboração com entidades do setor empresarial e da sociedade civil organizada;
- Realizar ações educativas voltadas aos fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores, com enfoque diferenciado para os agentes envolvidos com os sistemas de coleta seletiva e logística reversa;

- Desenvolver ações educativas voltadas à conscientização dos consumidores com relação ao consumo sustentável;
- Apoiar as pesquisas realizadas por órgãos oficiais, pelas universidades, por organizações não governamentais e por setores empresariais, bem como à elaboração de estudos, a coleta de dados e de informações sobre o comportamento do consumidor brasileiro;
- Elaborar e implementar planos de produção e de consumo sustentável;
- Promover a capacitação dos gestores públicos para que atuem como multiplicadores nos diversos aspectos da gestão integrada dos resíduos sólidos;
- Divulgar os conceitos relacionados com a coleta seletiva, com a logística reversa, com o consumo consciente e com a minimização da geração de resíduos sólidos.

Contudo é preciso destacar que as boas intenções da Lei Federal 12.305 de 2010 pouco rimam com as condições do Brasil real. Segundo representantes do próprio Ministério de Meio Ambiente, faltam no país gestores preparados para fazer valer o conceito de Gerenciamento Integrado do Resíduo Sólido

Municipal (GIRSM), ancorado na coleta seletiva, na educação ambiental e numa política de fomento à cadeia da reciclagem que leva em conta os interesses de todos os atores envolvidos neste setor da economia nacional. Trata-se de um gargalo que afeta especialmente polos urbanos amazônicos como a MDB, onde as empresas privadas que respondem pela limpeza urbana, continuam estabelecendo o preço dos seus serviços pelo peso do lixo removido, inviabilizando, desta maneira, uma perspectiva de lucratividade para a coleta seletiva que, por sua vez, é fundamental para a integração dos catadores no setor reciclador, na consolidação de cadeias produtivas na área dos resíduos sólidos e na abertura de linhas de ação no campo ainda desprezado dos rejeitos orgânicos que representam de 52% a 57% do volume total do lixo domiciliar. Contudo, num Estado em que predominam solos ácidos de baixa fertilidade e onde a maior parte da população vive em condições socialmente desfavoráveis o não aproveitamento da fração orgânica do lixo urbano é uma política pouco aconselhável. Por duas razões, fundamentalmente: de um lado, porque cada tonelada de lixo domiciliar contém no mínimo 52% de rejeitos orgânicos que poderiam ser transformados em 173 kg de composto orgânico, por sua vez, um insumo de aplicação na produção de hortaliças e frutas para os cinturões verdes dos médios e grandes centros

urbanos. Por outro, porque o redirecionamento da fração orgânica do lixo domiciliar para as unidades de compostagem reduziria a menos pela metade o volume original deste mesmo com a consequente duplicação da capacidade de armazenamento dos aterros sanitários, redundando em uma significativa redução dos gastos públicos na área do saneamento. Partindo desta premissa e tomando-se como exemplo o caso de Belém, onde são produzidas aproximadamente 1.300 toneladas/dia de Resíduos domiciliares que são dispostos no Aterro Sanitário em Marituba (exceto os resíduos de limpeza de vias públicas, canais, construção e demolição – que são dispostos no Lixão do Aurá), chega-se á seguinte conclusão: com a entrega dos rejeitos orgânicos à unidades de compostagem poderia se gerar 346 toneladas de adubo orgânico, assegurando ao longo de um ano a manutenção da fertilidade de pelo menos 5000 hectares, nos quais se geraria em torno de 500.000 toneladas de hortaliças e frutas. Trata-se de dados que mostram a importância de associar o fortalecimento do setor reciclador de resíduos sólidos especialmente na área das embalagens de plásticos e de alumínio, cobrado faz tempo pelos atores do movimento catador, à abertura de uma linha sistemática de ação no âmbito dos resíduos orgânicos.

4.3.2 Catadoras(e)s na MDB – (Neo)Extrativistas dos ecossistemas urbanos na Floresta Amazônica

Já destacamos que, no período de 1960 até 1980, o expressivo crescimento do efetivo demográfico da capital paraense, tem sido alimentado, em grande parte, por migrantes de mesorregiões vizinhas que, devido ao seu baixo nível escolar e à desvalorização dos seus conhecimentos e habilidades agroextrativistas que tinham adquirido em seus lugares de origem, estavam condenados a sobreviver nos nichos dos mercados informais de trabalho. Diante deste dilema altamente angustiante para as famílias envolvidas, uma parcela crescente desta mão de obra interiorana começava a vislumbrar na coleta de resíduos uma opção ainda que precária de sustento próprio. E se, desde o início do movimento catador, foi a sua parte feminina que nele assumiu um papel de destaque, esta tendência continua em vigor até hoje. Basta mencionar que as três redes de catadores, a RECICLA, a CATAPARA e a CENTIPARÁ, estão sendo encabeçadas por mulheres. Por outro lado, no que diz respeito à sua inserção no processo da reciclagem, as catadoras dedicam, via de regra, durante quatro dias da semana seis horas à coleta de resíduos, executando um trabalho pesado com baixa remuneração, uma vez que a renda média gira em torno de R\$

651,00¹³. Esta realidade tem incentivado o agrônomo Pedro Saviniano Miranda, consultor do Projeto “Incubação”, de demarcar uma linha de parentesco entre as catadoras de resíduos na MDB e extrativistas da região amazônica como as coletoras das sementes de Andiroba (*carapaguianensis*) em Salvaterra na Ilha de Marajó ou as quebradeiras do coco de Babaçu (*orbignya sp.*) no Maranhão. Aliás, por razões bastante convincentes:

1. Considerando que, via de regra, não frequentam cursos de capacitação técnica; o conhecimento e as habilidades aplicados no âmbito de suas atividades de seu sustento próprio são adquiridos empiricamente;

2. Referências de conduta social, baseados no princípio da ajuda mútua e da solidariedade, são insumos indispensáveis para a organização do processo de trabalho;

3. A matéria prima usada, por mais que tenha um considerável potencial de aproveitamento industrial, não está sendo disputada por outros atores da sociedade;

¹³ Perspectivas da Coleta Seletiva por meio de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis no Município de Belém-PA. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Engenheira Sanitarista e Ambiental Ana Carolina Santana Conceição, pela Faculdade de Engenharia Sanitária e Ambiental, do Instituto de Tecnologia, da Universidade Federal do Pará.

4. Além da disposição sobre sua mão de obra, não têm nenhum direito legal em relação ao processo produtivo,

5. O objetivo principal de suas atividades é a satisfação das necessidades reprodutivas da família.

Face ao exposto, pode-se concluir que as/os (neo)extrativistas do ecossistema urbano da floresta amazônica, tal como suas/seus irmãs/irmãos nas zonas rurais, precisam se organizar coletivamente em torno do aprimoramento de sua capacitação técnico-profissional no campo do associativismo empreendedor que envolve, necessariamente, projetos de agregação de valor às matérias primas coletadas e a escolha de representantes na esfera pública que defendam o princípio da sustentabilidade.

4.3. 3 Adversidades do associativismo empreendedor

Através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pela Portaria n.º 397, de 9 de outubro de 2002, do Ministério do Trabalho, os catadores são reconhecidos como trabalhadores que recolhem resíduos sólidos recicláveis e reaproveitáveis, como papelão, alumínio, plástico, vidro, dentre outros. Na MDB, as suas próprias entidades estão integradas nas Redes *Recicla Pará*, *Cata Pará* e *Central Pará*, unindo, conforme Tabela 29,

associações e cooperativas que contam com pelo menos 329 cooperadores e associados.

Tabela 29 - Redes, Cooperativas e Associações de Catadores na Região Metropolitana de Belém

REDES	COOPERATIVAS	ASSOCIAÇÕES	LOCAL	NÚMERO DE ASSOCIADOS
RECICLAPARÁ	COOCAPE*	--	Maracangalha - Belém	-
	COOTPA	--	Guanabara - Ananindeua	16
		CIDADANIA	Jaderlândia - Ananindeua	30
	RECICLABEN	--	BR 316 - Benevides	20
		ARAL	Maracangalha - Belém	50
	Filhos do Sol	--	Cremação - Belém	10
	--	ACCSB	Maracangalha - Belém	39
	--	ACAMARI	Marituba	18
		ASCAJUBA	Cotijuba - Belém	12
		COOPALIX	Aurá - Belém	36
		ASCADOUT	Outeiro	10
CENTIPARÁ	CONCAVES	--	Condor - Belém	25
CATAPARÁ	COOCAVIP	--	Icoaraci - Belém	22
		ACAREMA	Marituba	12
	CATAURBE	--	Água Branca - Ananindeua	7
SEM REDE	CATA MOSQUEIRO		Mosqueiro	12
		Central Icoaraci	Icoaraci	10

Fonte: Projeto “Incubação”, elaboração equipe de pesquisa.

*COOCAPE fundiu com a ARAL e estão desenvolvendo as atividades no mesmo espaço do Centro de Triagem no Canal São Joaquim, de cessão de uso pertencente a ARAL. Sendo que a COOCAPE continua com a personalidade jurídica ativa.

Essas unidades dialogam diretamente com o *Movimento Nacional dos Catadores*, organizado em torno da coleta de materiais recicláveis feita por catadores; do pagamento aos catadores pelos serviços de coleta de materiais; do controle dos catadores sobre a cadeia produtiva de materiais recicláveis; da conquista de moradia, saúde, educação, creches para os catadores e suas famílias; e do objetivo de transformar os lixões em aterros sanitários, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sobrevivência digna de todos.

No contexto de suas lutas e embates com o poder público, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis reivindica para si conquistas importantes na área das políticas públicas, das quais podemos citar:

1. A inclusão do catador como categoria de ocupação no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho (CBO);
2. A criação de políticas municipais de coleta seletiva com a inclusão social de catadores;
3. A destinação de imóveis vazios para área de trabalho e moradia de catadores;

4. A criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis (Decreto de 11/09/2003);
5. A alteração da Lei 8666/83 (Licitações) que dispensa a licitação para as cooperativas e associações de catadores;
6. A aprovação da Lei Nacional de Saneamento 11.445 de 2007, que inicia o tratamento da política de resíduos sólidos.

Na MDB, o Movimento Nacional está representado atualmente pela catadora Maria Trindade de Araújo, presidente da Rede Recicla Pará, que afirmou:

“Meu trabalho contribui para a construção de uma Amazônia mais sustentável, pois hoje, através das retiradas de materiais recicláveis, conseguimos impedir que esses materiais sejam destinados a lixões ou até mesmo jogados nas ruas. Além disto, esses materiais são separados e destinados a empresas competentes, fazendo assim a logística reversa, ajudando com que menos matéria prima seja tirada da natureza” (MARIA TRINDADE, entrevista concedida em 20 de maio de 2016).

Contudo, é preciso levar em conta que as/os catadora(e)s, em sua esmagadora maioria, iniciaram as suas atividades a partir de uma condição de altíssima vulnerabilidade social e têm pouca familiaridade com o horizonte de uma economia solidária (Singer 2008) que, ancorada em princípios como autogestão e transparência, deve nortear também a prática das entidades associativistas dos (neo)extrativistas dos ecossistemas urbanos da floresta amazônica. Trata-se de um dilema que faz com que, no interior das entidades dos próprios catadores, estejam se reproduzindo vícios que caracterizam as vigentes relações sociais na sociedade brasileira toda, dificultando significativamente a construção de uma cultura dialógica em torno de projetos minimamente sustentáveis do ponto de vista social e econômico.

Diante deste dilema, cabe realçar que, das 17 associações e cooperativas que fazem parte das mencionadas três redes da MDB, apenas 11 estão legalizadas nos termos da lei. Trata-se de um dado pouco surpreendente se considerarmos que o nascimento oficial de uma associação e de uma cooperativa representa despesas na ordem de \$1.587 e de \$3.500 respectivamente. Por outro lado, a manutenção da existência legal de uma associação exige um dispêndio anual de R\$ 1.500, enquanto que este valor aumenta para R\$ 17.000 quando se trata de uma cooperativa, envolvendo ainda, a disponibilização de

30(!) documentos por ano que vão do alvará de funcionamento até o licenciamento de operação ambiental. Não pode haver dúvida de que diante de tais barreiras formais, os catadores, em sua maioria, preferem se manter na informalidade, mesmo considerando que tenham uma clara noção do fato de que a *papelada arrumada* de uma unidade cooperativista facilita o estabelecimento de uma relação mais estável com as instâncias municipais de gestão. De qualquer maneira, quem estiver realmente interessado em transformar, no âmbito da MDB, as boas intenções da lei Nº 1235/10 em uma realidade minimamente palpável, terá que proporcionar cursos bem estruturados de aperfeiçoamento para os associados e os cooperados, relativos ao funcionamento do associativismo empreendedor em sua qualidade de alternativa organizacional para as populações vulneráveis e às cadeias de reciclagem, envolvendo formas de otimização da engrenagem entre coleta, triagem e primeiras formas de processamento dos resíduos.

4.3.4 O desafio da coleta seletiva

A PNRS encarrega os gestores municipais de inserir em seus Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) a coleta seletiva com o intuito de separar resíduos recicláveis secos e resíduos orgânicos a serem reaproveitados no processo

produtivo da economia e os rejeitos a serem removidos pelas entidades que são responsáveis pela limpeza urbana. No Brasil, as formas mais comuns da coleta seletiva são a coleta por Locais de Entrega Voluntários (LEVs) e a coleta porta a porta. Entretanto, por mais que este procedimento vise à elevação da qualidade e do preço comercial do material coletado, em 2016, apenas 18% - 1.055 em termos absolutos – dos Municípios brasileiros tinham implantado sistemas de coleta seletiva, conforme o Centro de Informações Sobre Reciclagem e Meio Ambiente (CEMPRE).

Em Belém, a Prefeitura instalou 38 Locais de Entrega Voluntária que, concentrados na região central da cidade, permitem separar papéis, plásticos e metais, coletados seis vezes ao mês. Essa matéria prima é destinada aos catadores que recebem apoio da gestão municipal.

Por outro lado, iniciada pelos catadores a partir de sua precária condição econômica, a separação do material reciclável dos demais resíduos na MDB, revela uma dinâmica social que está recheada de conflitos, às vezes camuflados, às vezes abertos, entre a faixa mais vulnerável da sociedade local e os gestores da administração municipal.

Nesse contexto, cabe lembrar a história do *Complexo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Belém* que foi implantado no Aurá em 1992. Inicialmente composto por uma usina de incineração de resíduos de alto risco destinada à queima de lixo hospitalar, uma usina de reciclagem e de compostagem e de um aterro sanitário que, na época, não foi efetivado, o complexo sofreu uma descarga descontrolada de resíduos, fazendo com que no local tenha surgido um lixão ao céu aberto, aproveitado por centenas de catadores que juntavam materiais recicláveis como única fonte do seu precaríssimo sustento. Enfim, um lixão que acabou se tornando uma ferida aberta na MDB, uma vez que, no local do seu funcionamento, causou a contaminação do solo, das águas subterrâneas e, ainda, proliferou doenças entre os catadores envolvidos, afetando especialmente a saúde dos seus filhos com quais viviam no entorno do lixão. (Ponte 2006). Contudo, depois do fechamento do Aurá, em julho de 2015, os mais de mil catadora(e)s afetados que se viram desamparados economicamente, procuraram formas de auto-organização que pudessem melhorar as condições de sua sobrevivência. Foi justamente neste momento que a Prefeitura de Belém, assinou com a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis (CONCAVES) um Contrato de Prestação de Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos sólidos recicláveis

e reutilizáveis do bairro de Nazaré; definiu como remuneração a cada cooperado um valor que “não poderá ser inferior ao salário mínimo legal ou piso salarial regional, acrescidos dos direitos constantes do artigo da Lei 12.690/2012 (se for o caso).” Embora essa iniciativa tenha sido um primeiro passo na direção certa, ela não desafiou uma política de limpeza urbana que continua estabelecendo para as empresas envolvidas o preço dos seus serviços pelo volume do lixo removido. Não passou, assim, de proverbial andorinha que não fez verão.

Atualmente, a coleta seletiva na MDB está sendo incentivada pelo Projeto *“Incubação para fortalecimento de Cooperativas e Associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis em municípios do Pará”*. Financiado pela SENAES do Ministério de Trabalho e executado pelo Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento da Universidade Federal do Pará (UFPA); ele apoia as associações e cooperativas de catadora(e)s na MDB e de mais cinco Municípios do Pará em seu processo de integração proativa no mercado da reciclagem de resíduos sólidos, tendo, inclusive, elaborado uma proposta de coleta seletiva para o bairro da Pedreira (**ver anexo 4**). Além disso, intermediou a celebração de um convênio entre a Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN) da Prefeitura de Belém e a UFPA que acompanhará a

Gestão da Unidade de Triagem e Reciclagem do Aurá a ser realizada por parte da Cooperativa dos Catadores.

De qualquer maneira, no momento em que por parte de todos os protagonistas envolvidos na MDB o aproveitamento sistemático dos resíduos sólidos e orgânicos em sua qualidade de recursos latentes do ecossistema urbano for considerado como insumo indispensável para gerar ocupação, emprego e renda para as camadas mais vulneráveis, neste caso pode-se avançar para fazer valer o decreto número 7.404, instrumento regulamentador da Lei 12.305 que determina que os sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos deverão priorizar a “participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.” (Brasil 2010b).

4. 4 (Re)arborizando a MDB - Meio fundamental para gerar ocupação, emprego e renda para as classes populares e aumentar o conforto ambiental para toda a população

Nas últimas décadas, a crescente demanda por opções de moradia nos bairros centrais de Belém levou à crescente verticalização do espaço físico-habitacional, dando a sua contribuição para a transformação do maior polo urbano do Pará numa *ilha de calor*, caracterizada por um enorme desconforto

térmico que afeta a população toda. De qualquer maneira, a multiplicação de prédios altos no núcleo central da capital, por sua vez acompanhada pela favelização de suas áreas periféricas, suprimiram, de forma drástica, a sua cobertura vegetal¹⁴ (Ver Gráfico 7 e ver Mapa 6), colocando em xeque os serviços ecossistêmicos (regulação do (micro)-clima, absorção de

¹⁴ É bom lembrar o encanto que, no século XIX, diversos visitantes estrangeiros externaram sobre as dimensões frondosas do meio natural que caracterizava a capital paraense.

“Como estou feliz aqui – escreve no 16 de Agosto de 1813 o naturalista alemão Carl Friedrich von Martius (1980, p. 889) durante a sua estadia na rocinha de Belém – como aqui chego a entender tantas coisas que antes não me estavam alcançáveis. A santidade deste lugar, onde todas as forças se juntam harmonicamente e, como num canto de triunfo, se associam, suscita sentimentos e ideias. Acho que aqui entendo melhor o que significa ser historiador da natureza.”

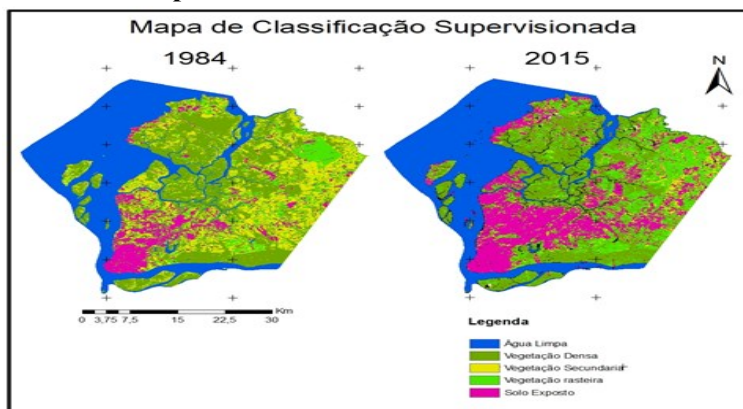
Tendo visitado Belém do Pará repetidas vezes entre 1836b e 1842, o missionário norteamericano Daniel P. Kidder (cit. in Braga 1968, p. 121) externou a sua admiração em relação ao fato da capital paraense estar tão próxima à plena floresta tropical. “Dentro do perímetro urbano – ele realça - é perfeitamente possível ao viandante embrenhar-se em espessa floresta sem qualquer indicio que denuncie a proximidade de uma habitação humana. A frescura dessas sombras silenciosas é sempre convidativa, mas o estrangeiro precisa acautelar-se, para nelas não se perder.”

radiação solar, armazenamento de CO₂, sombreamento, melhoria da qualidade do ar, filtro de poeira etc.), proporcionados por esta mesma cobertura.

Enfim, gerou um conjunto de tendências altamente nocivas para a qualidade de vida da população, cuja reversão exige vise à ampliação e a conservação de áreas verdes variadas através da viabilização de uma arborização urbana,¹⁵ que visa a recuperação da vegetação densa que a MDB perdeu no período de 1984 a 2015 bem como o enriquecimento da vegetação secundária e rasteira com o plantio de espécies de origem regional. **(Ver anexo 5)**. Uma política desta natureza pressupõe a produção de mudas em grande escala bem como o envolvimento sistemático da população local, envolvendo o treinamento e a contratação de uma força de trabalho que cuide da cobertura vegetal ainda existente e replantada. Deve, também, aproveitar a oportunidade de fomentar uma agricultura urbana que, tanto na terra firme como na várzea, tenha condições de experimentar o cultivo de sistemas agroflorestais.

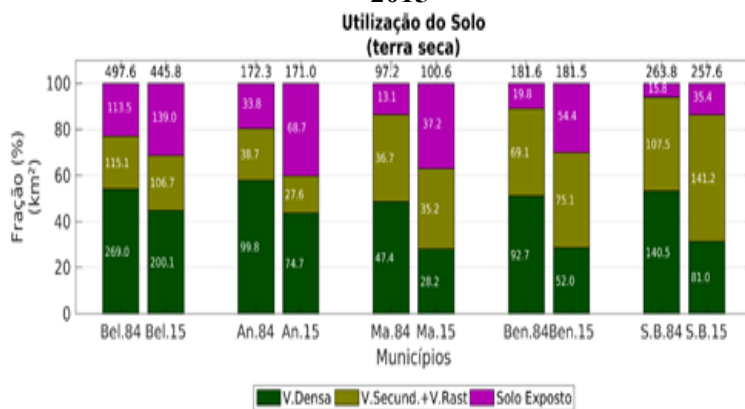
¹⁵ Neste contexto, cabe trazer a memória que o Prefeito Antônio Lemos, gestor da Capital paraense de 1897 – 1911, já destacava que “o serviço de arborização merece os maiores cuidados do poder municipal”, insistindo no apoio da segurança pública para o patrulhamento de jardins e praças. (Gama Neto 2013, p. 17)

Mapa 6 - Diminuição da cobertura vegetal e ampliação do solo exposto na MDB entre 1984 - 2015



Fonte: Prof. Dr. Thais G. M. Braga - UFPA; Prof. Dr. Breno C. O. Imbiriba - LFA – Meteorologia/IG - UFPA, Agosto de 2016.

Gráfico 7 - Utilização do solo (terra seca) no período de 1984 até 2015



Fonte: Prof. Dr. Breno C. O. Imbiriba - LFA – Meteorologia/IG – UFPA.

De qualquer modo, o que esta mesma política precisa transmitir com nitidez para todos os protagonistas da MDB é o firme objetivo de compensar progressivamente a emissão do dióxido de carbono (CO₂), o vilão do aquecimento global que, na MDB, está sendo gerado primordialmente pelos veículos automotores. Desta maneira, daria um passo essencial para transformar o maior polo urbano do Pará numa **Metrópole amazônica com emissão zero de carbono**.

4.5 Sobre o *imperativo categórico* de construir um denso e operativo mutirão no campo da educação pública que gira em torno do desenvolvimento das potencialidades endógenas das ecorregiões locais/microrregionais

No âmbito do ensino fundamental e médio, avaliado pelo domínio da leitura, da escrita e da matemática, o Pará e a Região Norte toda,¹⁶ revelam um quadro de deficiências literalmente dramático.

¹⁶ Se no Brasil a média nacional dos alunos de 8 anos de educação fundamental que sabem ler, escrever e fazer as contas básicas é de 56%, na Região Norte esta taxa alcança apenas 42,6%. (Ver Movimento Educação para Todos)

Não surpreende, portanto, que a precariedade da educação pública acabou se tornando objeto de crescentes preocupações de entidades patronais como a Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA (2012). Esta, em suas diretrizes e recomendações para a formação da força de trabalho na sociedade paraense, já chamava a atenção para:

- Substanciais melhorias na educação básica, realizadas pelos órgãos municipais e estaduais, são fundamentais para elevar "o aprendizado e o grau de especialização da mão de obra local";
- Torna-se "necessário intensificar os cursos técnicos focados nas demandas de mão de obra provenientes das fases de implantação e operação dos grandes projetos de investimentos principalmente nas áreas de construção civil (pedreiro, armador, instalador hidráulico) mecânica (caldeireiro, soldador, torneiro mecânico) e elétrica (eletricista de força, hidráulico eletricista de montador)";
- "os treinamentos para trabalhadores são cruciais para que a obra seja instalada de forma adequada, abrangendo mão de obra da indústria

de base que serão necessárias para a implantação destes projetos", e

- "os treinamentos de gestão com foco nos empresários das empresas são extremamente importantes para a profissionalização das empresas e fortalecimento da cadeia de fornecimento que está no entorno dos projetos a serem implantados e/ou em operação." (ibid. p. 37)

Nesses termos, a FIEPA levantava, sem sombra de dúvida, demandas que precisam ser consideradas por parte das instâncias responsáveis pela educação pública.

No entanto, num Estado socioeconomicamente tão heterogêneo como o Pará, o indispensável processo de renovação do sistema educacional tem que ir além das demandas específicas dos projetos de grande porte da mineração e dos setores madeireiro, hidroelétrico e agropecuário. Na realidade, precisa construir um grande e denso *mutirão* no campo da educação pública, visando:

- a transformação das escolas de ensino fundamental e médio em **agências de (eco)desenvolvimento** que, no âmbito de disciplinas como história, geografia,

biologia, química ou sociologia, focalizem as modalidades da ocupação histórica e contemporânea da região, bem como modos sustentáveis de uso dos ecossistemas tropicais;

- a operacionalização de ligações sólidas entre as escolas de ensino médio e cursos técnicos e tecnológicos em torno da formação de profissionais a partir das potencialidades endógenas de desenvolvimento de cada ecorregião (Mitschein, Chaves, Estumano 2014),
- a consolidação e ampliação das capacidades de trabalho das universidades regionais em torno da “valorização do trinômio biodiversidade-biomassa-biotecnologia”. (Sachs 2016, p. 396).

Tabela 30 - Vínculo empregatício da população em idade de trabalhar na faixa etária de 17 a 29 anos nos Municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara

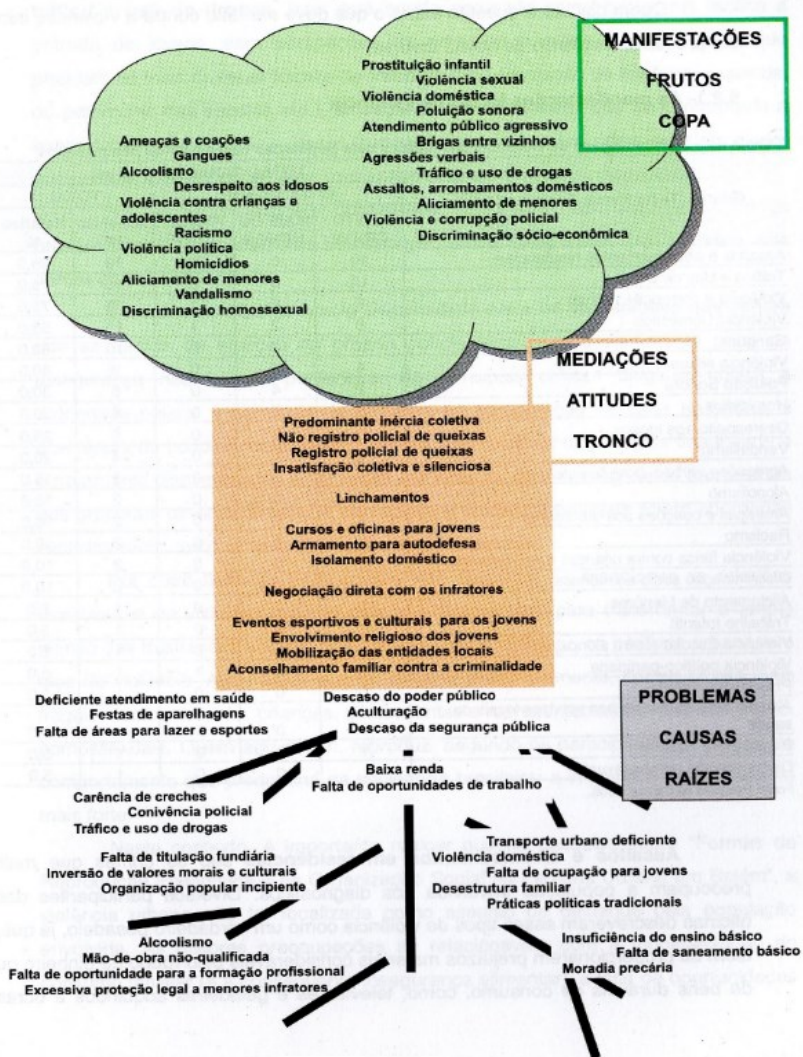
Vínculo por município	17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Soma das faixas etárias	Total	% dos jovens até 29 anos
Ananindeua	193	8.493	11.417	20.103	56.418	35,6
Belém	1.218	45.196	65.588	112.002	391.168	28,6
Benevides	14	935	1.328	2.277	6.263	36,4
Marituba	27	1.829	2.503	4.359	13.300	32,8
Santa Bárbara	0	144	208	352	1.305	27,0
Metropolitana de Belém	1452	56597	81044	139093	468.454	29,7

Fonte: IDESP/IBGE 2010, elaboração equipe de pesquisa.

Parece obvio que, num território como na MDB, onde a maior parcela dos setores populares está sujeita a condições socioeconômicas extremamente precárias, este mesmo *mutirão* acima citado será avaliado pelos resultados alcançados, especialmente no campo da geração de ocupação, emprego e renda.

Diante deste desafio, é pertinente fazer uma rápida referência aos debates que Mitschein, Chaves, Miranda (2006) realizaram, em 2006, com moradores dos Bairros de Guamá, Terra Firme, Benguí e Outeiro sobre as suas perspectivas diante do avanço da violência em seus bairros.

Gráfico 8 - A Arvore da violência na consciência popular



Fonte: Mitschein, Chaves, Miranda, (2006 p. 63)

Neles, os comunitários envolvidos destacaram a necessidade imperiosa de criar oportunidades de sustento especialmente para os jovens em idade de trabalhar. Se colocaram a informática em primeiro lugar é porque sabiam muito bem que aqueles que ainda, são *analfabetos* nesta área têm poucas chances para conseguir emprego no setor formal.

Externavam com lucidez que atividades ligadas à panificação, mecânica automobilística, lanternagem, corte e costura, mecânica hidráulica, marcenaria, estética pessoal, preparo de alimentos, refrigeração ou eletrônica, abririam perspectivas de ocupação e renda na própria periferia urbana e, ainda, realçavam que capacitações profissionais nas mencionadas áreas deveriam envolver orientações sobre a condução de cooperativas e microempresas.

Além disso, defendiam a ideia de implementar centros profissionalizantes nas escolas públicas dentro dos próprios bairros.

Por outro lado, não surpreende que a proposta de criar aves, peixes e plantar hortaliças tenha sido destacada em Outeiro, onde a opção de produzir alimentos para o mercado local salta

aos olhos, mostrando que, pelo menos na região das Ilhas integrantes à Belém, a consciência popular se aproxima com mais facilidade à proposta de aproveitar as oportunidades econômicas que o uso da biomassa terrestre e aquática dos trópicos proporciona. Contudo, é preciso admitir que num ambiente urbano como a MDB, onde em 2010 quase 70% da POC não ganhavam mais do que 2 Salários Mínimos, as classes populares, dificilmente, se livrarão num curto prazo de tempo de sua condição de consumidores subprivilegiados. Ou seja, mesmo se a gestão municipal em parceria com as entidades da sociedade civil e do setor privado incentivasse com afinco a viabilização de uma estratégia de transição ao atual *status quo*, norteada pela bússola do (eco)desenvolvimento, aumentando de forma mais substancial a oferta de ocupação, emprego e renda, mesmo assim a dramática segregação socioespacial, fonte principal da crescente violência urbana, não será desfeita de dia para a noite.

O que isto significa para os protagonistas que apostam na renovação do sistema educacional em torno do aproveitamento das potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais e microrregionais?

Significa, antes de tudo, ampliar a conscientização de que não é possível abrir mão dos referenciais de uma pedagogia *freiriana* que entende a alfabetização como “uma leitura do mundo e uma leitura do texto” (Freire 2001, p.211). Enfim, uma alfabetização que permite às/aos aluna(o)s se relacionar com as modalidades e a dinâmica da destruição da natureza externa e interna dos amazônidas a partir de uma vocação humana que Paulo Freire - certamente um dos maiores educadores latino-americanos do século XX - chama “de saber do mundo através da necessidade e do gosto de mudar o mundo” (ibid., p. 213).

Na realidade dos Municípios da MDB, um procedimento dessa natureza pressupõe que as escolas – e isto vale especialmente para os bairros periféricos – se abram para os **Mundos Amazônicos**, criando programas que envolvam:

- a organização de visitas regulares às ilhas da MDB que cercam a sua parte continental e se apresentam como um invejável *curriculum vivo* para as mais diversas disciplinas do ensino fundamental e médio,
- a participação ativa das(o)s aluna(o)s no debate sobre uma merenda escolar de cardápio amazônico, e

- a integração sistemática das escolas de ensino fundamental e médio numa proposta de reabertura dos cinco em questão de reabertura dos cinco Municípios em questão.

Acredita-se ser urgente a realização de medidas de (re)aproximação das/dos aluna(o)s à natureza e à história social e cultural da região como insumo fundamental para os jovens poderem desenvolver os meios simbólicos e materiais que lhes permitam rejeitar as mensagens de uma cultura global comercializada, sustentada na premissa de que sempre são os *mais fortes e espertos que levam a melhor*

EPÍLOGO – UMA CORRIDA CONTRA O TEMPO ...

Em 2007, pela primeira vez na história humana o número dos habitantes das cidades tinha ultrapassado o das áreas rurais. Como elemento integral desta inversão se destaca o *inchaço* das *shanty-towns* (favelas) no hemisfério Sul, que recebem ano a ano incontáveis novos moradores. A América Latina, ocupando o primeiro lugar no *ranking* da urbanização por continentes, se enquadra perfeitamente bem nesta trajetória, uma vez que mais do que 100 milhões dos seus habitantes continuam sobrevivendo em imensos subúrbios com infraestruturas sociais altamente precárias. É digno de nota que a tendência dos latino-americanos de se aglomerarem em frações cada vez menores do seu território continua avançando também na Amazônia brasileira. Nas cinco décadas passadas, a parcela urbana da população residente desta região passou de 36% para impressionantes 74%, revelando no mencionado período taxas de crescimento que ultrapassaram de longe a média brasileira.

Trata-se de uma tendência que ganhou contornos acentuados no Pará, onde o espaço urbano tem se tornado um mero receptáculo dos efeitos nocivos de um modelo de crescimento que acabou transformando as camadas populares,

por sua vez a esmagadora maioria da população, em cidadãos de segunda classe.

Diante desta dinâmica, é preciso lembrar que, em 2010, na MDB, de uma população residente de 2.437.279 habitantes, 16,45% viviam entre a linha da indigência e da pobreza e abaixo da linha indigência, totalizando em termos absolutos nada menos do que 334.727 pessoas. Trata-se, até hoje, de um segmento social que raras vezes termina a escola fundamental, exerce profissões de baixa qualificação (braçal, ambulante, ajudante de pedreiro etc.) e sobrevive em bairros periféricos que se destacam pelos seus altos índices de violência. Nestes termos, faz parte de um *preariado* (inter)nacional que, devido à sua marginalização socioeconômica e ao seu inexpressivo grau de organização própria, está distante de apelos defendidos pelas antigas fórmulas políticas da socialdemocracia europeia, ancorados nos referenciais da sociedade de trabalho. Mas, na medida em que nos dias de hoje, no mundo inteiro, as parcelas da mão de obra não absorvidas pelo capital cresce numa escala astronômica, a dinâmica dos movimentos sociais está se deslocando cada vez

mais para as particularidades histórico-culturais dos múltiplos espaços locais de cada país¹⁷.

No Brasil, esta questão político-teórica altamente complexa tem sido enfrentada com uma notável competência através do *Fórum Social Mundial* pelo fato dele ter dado uma atenção destacada às lutas de protagonistas como quilombolas, indígenas, mulheres, camponeses sem terra, agricultores familiares, ou os sem teto nas grandes cidades, que se desenvolvem à margem da relação entre capital e trabalho. Todavia, convêm destacar que o grito dos movimentos que se organizam contra a marginalização social, precisa ser acompanhado pela formulação de políticas novas e inovadoras, relacionadas com clareza e determinação às demandas daqueles que se movimentam. E, diante deste desafio, a Amazônia se destaca por uma vantagem tremenda: dispõe - com a proposta da

¹⁷ Ou, como realçou Oscar Negt (cit. in Mitschein, Miranda, Paraense 1989, p. 26) já nos anos 80 do século passado:

“Quem, em qualquer lugar, por onde passa, vê apenas o capital, a produção de mercadorias, a propaganda e os comercias, entenderá muito pouco dos contextos sociais destes países e não perceberá como se constituem movimentos de resistência. Quem pesquisar hoje formas celulares em suas múltiplas manifestações, terá que tomar como ponto de referência os sujeitos envolvidos, ou seja, a força de trabalho que está sendo aplicada, marginalizada, transferida ou se retira no underground.”

criação de uma civilização original da biomassa nos moldes anteriormente levantados neste estudo - de uma alternativa bastante coerente ao vigente cenário da destruição socioambiental.

Contudo, admitimos que as opções de sua realização estão enfrentando adversidades enormes. Em virtude da vigente devastação do seu estoque florestal, a Amazônia, conforme Antônio Nobre (2019), pesquisador do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, corre o risco de entrar num processo irreversível de degradação, podendo, portanto, inviabilizar a opção da construção de uma relação sinérgica entre as áreas alteradas e os ecossistemas ainda intactos, baseada na “valorização do trinômio biodiversidade-biomassas-biotecnologias” (Sachs 2006, p. 396). E considerando que, em zonas urbanas da sociedade regional como a MDB, as abordadas condições de uma guerra civil não declarada tendem a difundir o princípio *olho por olho e dente por dente*, a realização de um debate aberto, produtivo e democrático sobre a viabilização de alternativas ao vigente *status quo* sofre, sem sombra de dúvida, bloqueios de uma envergadura considerável.

Diante deste pano de fundo, a luta pela implementação de condições de convivência minimamente sustentáveis nas áreas

urbanas do *continente amazônico* precisa ser encarada literalmente como uma corrida contra o tempo ...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**, Rio de Janeiro: 2006.

AMORIM, M. C. de C. T. **Ilhas de Calor Urbanas: Métodos e Técnicas de Análise**. Revista Brasileira de Climatologia, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/65136>. Acesso em: 26 nov. 2018.

ANDRADE, Mário de. **Mário de Andrade e seu amor por Belém**. In: Herbário MFS - UEPA, 2017. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/herbario/index.php/pt/2017/07/03/carta-de-mario-de-andrade-a-manuel-bandeira-durante-sua-viagem-a-amazonia-1927/>. Acesso em: 07 abr. 2019.

BOURDIEU, P. **Entwurf einer Theorie der Praxis**. Frankfurt a. Main: Suhrkamp, 1979.

CALDEIRA, J. **Mauá**. Empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHAVES, J. F. **Meninos em risco na Amazônia: Modelos de conduta desviante de jovens apreendidos na FASEPA e de atendidos pelo PORPAZ**. Tese (Doutorado em Estatística) – Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Gestão. Lisboa, 2015. Ciência para a Sustentabilidade, defendido em: 08 jun. 016.

CONCEIÇÃO, A. C. S. **Perspectivas da Coleta Seletiva por meio de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis no Município de Belém-PA.2017**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Sanitária e

Ambiental) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

CONTI, T. **Os Conceitos de Violência Direta, Estrutural e Cultural**. Disponível em: <http://thomasvconti.com.br/2016/os-conceitos-de-violencia-direta-estrutural-e-cultural/>. Acesso em: 16 jun. 2019.

DAVIS, M. **Planet of Slums**. London: Verso, 2006.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ – FIEPA. **Pará Investments 2012-2016**. 3 ed. Belém: FIEPA, 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/pagina-inicial.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. IFGF 2017: Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. 2017. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/4A/B0/A3/B1/C4CCD51063C6AAD5A8A809C2/IFGF-Completa.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. In: FREIRE. A. M. (Org.). São Paulo: UNESP, 2001.

GRANER, F.: **Até capitais dependem de repasses**, aponta estudo. In: Valor A5, 12/13/14 de novembro de 2016.

HARVEY, D. **REBEL CITIES. From the right to the city to the urban revolution**, London, 2012.

HELM, A; GEBHARDT, D. **Initiativen für ein Recht auf Stadt**. Theorie und Praxis staedischer Aneignungen. Hamburg: VSA-Verlag. In: HELM, A; GEBHARDT, D. (Hg.). **Initiativen für ein Recht auf Stadt**. Hamburg: VSA-Verlag, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da violência 2018**. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta1/index.php?option=com>. Acesso em: 06 nov. 2018.

KIESE, M. **Wirtschaftliche Entwicklung und Strukturwandel Singapurs von 1819 bis heute**. Disponível em: <http://bit.ly/33sUYRh>. Acesso em: 6 mai. 2018.

MANGABEIRA, U. R.: **Entrevista "A Amazônia é vanguarda"**. In: Diário do Pará 20. 1. 2008.

MITSCHEIN, T. A. *et al.* **A população em situação de rua em Belém e Ananindeua (Pará)**, Publicações Trópico em Movimento. Belém: IEMCI/UFPA, 2014.

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, F. **O direito à cidade na floresta amazônica**. In: MITSCHEIN, T. A.; ROCHA, G.; SOBRINHO V. M. **Desenvolvimento local e o direito à cidade na floresta amazônica**. Belém: NUMA/UFPA, 2013.

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F.; MIRANDA, H. **Crescimento, Pobreza e Violência em Belém**. Belém: NUMA/POEMA/UFPA, 2006.

MITSCHEIN, T. A.; MIRANDA, H.; PARAENSE, M. **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia: O caso de Belém**, Belém: CEJUB - NAEA/UFPA, 1989.

MITSCHEIN, T.; CHAVES, J. F.: **Desenvolvimento local e o Direito à Cidade na Floresta Amazônica**, Belém: NUMA/UFPA 2013.

MITSCHEIN, T.; CHAVES, J.; MIRANDA, H. **Crescimento, Pobreza e Violência em Belém**, Belém: NUMA/UFPA, 2006.

MITSCHEIN, T.; LIMA, A. P. **A Reinvenção da Amazônia: Divisor de Águas para o Futuro do Brasil e de seus Vizinhos Sul-americanos**. Belém: IEMCI/ UFPA, 2015.

MITSCHEIN, T.; MIRANDA, R.; PARAENSE, M. **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia: O caso de Belém**, Belém: CEJUP/ NAEA, 1989.

MITSCHEIN, T; et al. **Polarização socioespacial e desenvolvimento municipal no sudeste paraense. O exemplo de Tucumã**, Belém: NUMA/UFPA, 2011.

MITSCHEIN, T; VILAR, L. J. M. **Catadora(e)s de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de Belém: (Neo)extrativistas dos Ecossistemas Urbanos na Floresta Amazônica**. Disponível em: <http://bit.ly/2rADncO> Acesso em: 25 set. 2014.

NETO, O. G. **Políticas Públicas para a árvore de Belém: Uma análise de dois periódicos**. 2013. Artigo (Obtenção Grau de Especialista em Ordenamento Territorial Urbano) - PROFIMA XLI/ NUMA/ UFPA, Belém.

NOBRE, A. D. **O Futuro Climático da Amazônia**. Relatório de Avaliação Científica. Disponível em:

<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/futuro-climatico-da-amazonia.pdf>. Acesso em: 7 ago.2019.

PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ – PCT Guamá. Disponível em: <https://tecnoblog.net/>. Acesso em: 18 set. 2019.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará**: Estudo de geografia urbana. Vol. 2. Belém: UFPA, 1968.

PORTAL ODM BRASIL. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 17 abr. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**: Desenvolvimento Humano para Além das Médias. 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso 20 abr. 2018.

PROGRAMA TRÓPICO EM MOVIMENTO – UFPA. **Projeto "Incubação para fortalecimento de cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis – em municípios do Pará"**. 2014. Disponível em: <https://www.tropicomovimento.net/projeto-incubacao>. Acesso em: 17 set. 2018.

ROCHA, G.: **Estado do Pará: divisão ou construção de um projeto de desenvolvimento territorial?** In: Teisserenc, P.; Rocha, G.; Magalhães Barbosa, S.; Diniz Guerra, G. (orgs.): **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial Na Amazônia**, Belém: 2008.

SACHS, I. **Rumo À ECOSOCIOECONOMIA**. Teoria e prática do desenvolvimento, São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A. QUEIROZ, 1980.

SPIX, J. B; MARTIUS, K. F. P. **Reise in Brasilien**. Vol. 01. Brockhans, Stuttgart, Dritter Band, 1980. p. 889, tradução própria.

SUGRANYES, A; MATHIVET, C. (Eds.) **Ciitties for All**. Proposals and Proposals and Experiences towards the Right to the City. Santiago de Chile: Habitat International Coalition, 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM: **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. Programa de Ação do Governo para a Amazônia 1975-1979, Belém, SUDAM: 1976.

TOFFLER, A; TOFFLER, H. **Riqueza Revolucionaria**. O significado da riqueza no futuro. São Paulo: Futura, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM/PA. **Programa TCM-Pa nas Escolas**: Por uma educação de qualidade. 2018. Disponível em: <https://www.tcm.pa.gov.br/portal-do-jurisdicionado/sistema/tcm-nas-escolas>. Acesso em: 03 nov. 2018.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE – WWF. **Relatório Planeta Vivo 2018**: Uma ambição maior. 12. ed. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2qKQNmO> Acesso em: dia, mês e ano.

Anexo 1

Resumo Tese de doutorado Jadson Chaves. **Meninos em risco na Amazônia:**¹⁸

Resumo

O principal objetivo desta tese é estimar o efeito das variáveis ‘atividades de lazer’ (hedonista, instrutivo e lúdico), ‘valoração familiar’ e ‘sentimento anômico’ sobre as condutas desviantes de jovens. No trabalho de campo, foi utilizado um questionário estruturado, desenhado a partir de estudos já testados, aplicado a duas amostras de jovens de ambos os sexos e na faixa etária de 12 a 19 anos: 270 socioeducandos das 11 unidades da Fundação FASEPA e 288 alunos da Fundação PROPAZ, atendidos em cinco polos. Usou-se a modelagem de equações estruturais, para estimar os modelos e suas estruturas. A análise de multi-grupos foi usada para avaliar as diferenças entre os dois grupos pesquisados. As hipóteses definidas no modelo conceitual foram testadas tendo-se obtido os seguintes resultados: o fortalecimento da valoração familiar entre os jovens é um importante balizador, que influencia no equilíbrio comportamental, tendo efeito inibidor nas condutas desviantes. A mesma interação familiar é também inibidora do sentimento anômico. Quanto maior a valoração familiar dos jovens, menor

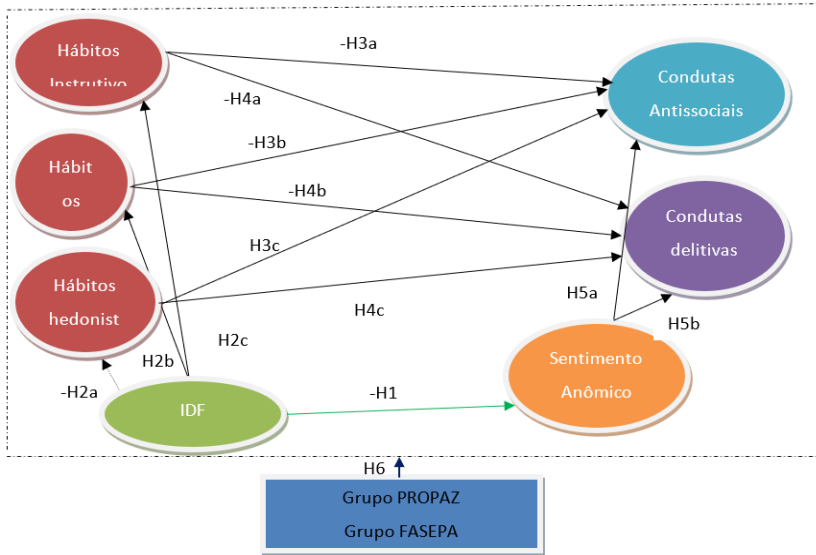
¹⁸ CHAVES, J. F; FORMIGA, N. S. REIS, E. Da realidade vulnerável ao mecanismo psicossocial de proteção social. Evidência causal a conduta desviante em jovens do estado do Pará, Brasil. Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Gestão. Lisboa, 2015. Ciência para a Sustentabilidade, Publicado em: 08-06-2016.

será o seu sentimento anômico. O sentimento anômico atua como fator incentivador da conduta desviante ao associar-se positivamente a esse tipo de conduta, ou seja, quanto maior o sentimento de anomia social, maiores serão as condutas desviantes; neste caso, a auto-estima age como fator de proteção dessa conduta. Os hábitos de lazer assumem, neste estudo, uma perspectiva psicológica, pois revelaram a capacidade estimulante (hábitos hedonistas) e inibidora (hábitos instrutivos e lúdicos) das condutas desviantes. Este estudo aponta em direção de um modelo inovador de gestão social, com o intuito de frear as condutas desviantes de jovens, por meio de estratégias de marketing social, consolidando uma estrutura voltada à família, aos hábitos saudáveis de lazer, aos aspectos motivacionais e à relação do Estado com a comunidade.

Quadro 1 - Hipóteses de investigação

Hipóteses de Investigação
H1: Há um efeito negativo da valoração familiar (IDF) sobre sentimento anômico.
H2a: Há um efeito negativo da valoração familiar sobre os hábitos hedonistas. H2b: Há um efeito positivo da valoração familiar sobre os hábitos lúdicos. H2c: Há um efeito positivo da valoração familiar sobre os hábitos instrutivos.
H3a: Há um efeito negativo dos hábitos instrutivos sobre as condutas antissociais. H3b: Há um efeito negativo dos hábitos lúdicos sobre as condutas antissociais. H3c: Há um efeito positivo dos hábitos hedonistas sobre as condutas antissociais.
H4a: Há um efeito negativo dos hábitos instrutivos sobre as condutas delitivas. H4b: Há um efeito negativo dos hábitos lúdicos sobre as condutas delitivas. H4c: Há um efeito positivo dos hábitos hedonistas sobre as condutas delitivas.
H5a: Há um efeito positivo do sentimento anômico sobre as condutas antissociais. H5b: Há um efeito positivo do sentimento anômico sobre as condutas delitivas.
H6: Há diferença entre as condutas desviantes dos jovens que frequentam o programa PROPAZ e os que cumprem medidas socioeducativas na FASEPA.

Figura 1 - Modelo estrutural teórico de condutas desviantes



Fonte: Vicente, 2012

Quadro 2 - Resumo dos resultados da comprovação das hipóteses

Hipóteses de Investigação	Resultados da comprovação das hipóteses
H1: Há um efeito negativo da valoração familiar (IDF) sobre sentimento anômico.	Os jovens que disseram dar pouca importância às relações familiares (confiança; afeto e carinho; ter uma estrutura econômica boa; liberdade; união entre toda a família; boa relação conjugal entre os pais e disposição ao perdão), são os que mais apelam ao sentimento de exclusão social (eu me sinto muito sozinho atualmente; não importa o quanto a pessoa se esforce na vida, isso não faz diferença). Portanto, a hipótese foi confirmada para todos os três modelos gerados: modelo global ($\lambda = -0,87$), modelo PROPAZ ($\lambda = -0,54$) e modelo FASEPA ($\lambda = -0,77$). Isso significa que quanto maior a valoração familiar, menor será o comportamento anômico dos jovens.
H2a: Há um efeito negativo da valoração familiar sobre os hábitos hedonistas.	A hipótese foi confirmada parcialmente, pois somente os modelos global e da FASEPA confirmaram esta hipótese: modelo global ($\lambda = -0,73$), modelo PROPAZ ($\lambda = 0,10$) e modelo FASEPA ($\lambda = -0,71$). Isso significa que quanto mais um jovem valoriza a relação familiar, menor será o comportamento hedonista desse jovem, embora este efeito não seja significativo para os jovens do PROPAZ.
H2b: Há um efeito positivo da valoração familiar sobre os hábitos lúdicos.	A hipótese foi confirmada para todos os três modelos gerados: modelo global ($\lambda = 0,90$), PROPAZ ($\lambda = 0,44$) e FASEPA ($\lambda = 0,89$). Isso significa que quanto mais um jovem valoriza a relação familiar, maior será a frequência de hábitos lúdicos, sendo esse efeito seja mais forte para os jovens do FASEPA.
H2c: Há um efeito positivo da valoração familiar sobre os hábitos instrutivos.	Portanto, a hipótese foi confirmada para todos os três modelos gerados: modelo global ($\lambda = 0,90$), modelo PROPAZ ($\lambda = 0,31$) e modelo FASEPA ($\lambda = 0,96$). Isso significa que quanto maior o efeito da valoração familiar sobre os hábitos instrutivos, maior será o comportamento instrutivo que este jovens deve ter.

Quadro 2 - Resumo dos resultados da comprovação das hipóteses (Continuação)

Hipóteses de Investigação	Resultados da comprovação das hipóteses
H3a: Há efeito negativo dos hábitos instrutivos sobre as condutas antissociais.	A hipótese foi confirmada para todos os três modelos gerados: modelo global ($\lambda = -0,27$), PROPAZ ($\lambda = -0,26$) e FASEPA ($\lambda = -0,35$). Isso significa que quanto maior a frequência dos hábitos instrutivos, menor será o comportamento antissocial. No entanto, em ambos os grupos o efeito, embora significativo, é fraco.
H3b: Há um efeito negativo dos hábitos lúdicos sobre as condutas antissociais.	A hipótese foi confirmada parcialmente, apenas para os modelos global e FASEPA e sempre com efeitos muito fracos: modelo global ($\lambda = -0,10$), PROPAZ ($\lambda = 0,24$) e FASEPA ($\lambda = -0,20$). Isso significa que quanto maior a frequência dos hábitos lúdicos, menor será o comportamento antissocial dos jovens.
H3c: Há um efeito positivo dos hábitos hedonistas sobre as condutas antissociais.	A hipótese foi confirmada para todos os três modelos gerados embora, com efeitos fracos: modelo global ($\lambda = 0,37$), PROPAZ ($\lambda = 0,28$) e FASEPA ($\lambda = 0,26$). Isso significa que quanto maior a frequência dos hábitos hedonistas, maior será o comportamento antissocial.
H4a: Há um efeito negativo dos hábitos instrutivos sobre as condutas delitivas.	O hábito de lazer instrutivo tem foco na formação cultural e intelectual, especificamente. Refere-se à experiência de crescimento e desenvolvimento dos sujeitos, que os torna capazes de fazer escolhas diferenciadas e exclusivas, assumindo uma atividade quanto à transmissão, habilitação e ensino de conhecimentos de forma a conduzir a debates e discussões frente ao saber intelectual e à relação histórica-familiar. Portanto, a hipótese foi confirmada parcialmente, somente para os modelos global e FASEPA: modelo global ($\lambda = -0,19$), PROPAZ ($\lambda = 0,08$) e FASEPA ($\lambda = -0,42$). Isso significa que quanto maior a frequência dos hábitos instrutivos, menor será o comportamento delitivo desse jovem.

Quadro 2 - Resumo dos resultados da comprovação das hipóteses (Continuação)

Hipóteses de Investigação	Resultados da comprovação das hipótesis
H5a: Há um efeito positivo do sentimento anônimo sobre as condutas antissociais.	A hipótese foi confirmada para todos os três modelos gerados: modelo global ($\lambda=0,36$), modelo PROPAZ ($\lambda= 0,47$) e modelo FASEPA ($\lambda= 0,29$). Isso significa que quanto maior o efeito do sentimento anônimo sobre as condutas antissociais, maior será o comportamento antissocial desse jovem
H5b: Há um efeito positivo do sentimento anônimo sobre as condutas delitivas.	A hipótese foi confirmada para todos os três modelos gerados: modelo global ($\lambda=0,36$), modelo PROPAZ ($\lambda= 0,32$) e modelo FASEPA ($\lambda= 0,38$). Isso significa que quanto maior o efeito do sentimento anônimo sobre as condutas delitivas, maior será o comportamento delitivo desse jovem.
H6: Há diferença entre as condutas desviantes dos jovens que frequentam o programa PROPAZ e os que cumprem medidas socioeducativas na FASEPA.	<p>Nota-se que há diferenças entre os dois grupos, PROPAZ e FASEPA, nos pesos dos coeficientes estruturais e nas variâncias explicadas.</p> <p>Na análise do teste t-Student para comparação das médias entre os dois grupos: os jovens que frequentam o PROPAZ nos Bairros apresentaram escores médios superiores em relação aos socioeducandos da FASEPA, nas variáveis que não são influenciadoras nas condutas desviantes, como e o caso das variáveis hábitos de lazer lúdicos e instrutivos e na valoração da família.</p> <p>Esse resultado mostra que os jovens do PROPAZ praticam mais atividades lúdicas e instrutivas, além de valorizarem mais a relação familiar por parte de seus pares e parentes, tendem a ter comportamentos menos violentos que os jovens da FASEPA.</p> <p>Os escores médios referentes aos jovens da FASEPA foram superiores aos do PROPAZ nas variáveis: condutas delitivas, antissociais e sentimento anônimo. Portanto, jovens com históricos violentos foram mais propensos a ter comportamentos desviantes. Pode-se concluir que há diferenças significativas nos comportamentos dos dois grupos de jovens envolvidos na pesquisa.</p>

Quadro 2 - Resumo dos resultados da comprovação das hipóteses (Continuação)

Hipóteses de Investigação	Resultados da comprovação das hipótesis
H4b: Há um efeito negativo dos hábitos lúdicos sobre as condutas delitivas.	A hipótese foi confirmada parcialmente, para o modelo global o efeito é significativo mas muito fraco ($\lambda=-0,21$), mas para os modelos PROPАЗ ($\lambda= 0,15$) e FASEPA ($\lambda= -0,03$) foram obtidos efeitos não significativos. Isso significa que, para os jovens do PROPАЗ e do FASEPA, a frequência dos hábitos lúdicos tem apresentado um efeito direto sobre o comportamento delitivo desses jovens.
H4c: Há um efeito positivo dos hábitos hedonistas sobre as condutas delitivas.	Os hábitos hedonistas, com características egoístas e individualistas, ou seja, aqueles que representam o consumo e utilitarismo, enfatizando prazer individual e imediato como único bem possível do indivíduo para que alcance, unicamente, seu próprio prazer, são capazes de conduzir em direção à conduta desviante. Portanto, a hipótese foi confirmada para todos os três modelos gerados: modelo global ($\lambda=0,35$), PROPАЗ ($\lambda= 0,08$) e FASEPA ($\lambda= 0,28$). Isso significa que quanto maior a frequência dos hábitos hedonistas, maior será o comportamento delitivo.

Anexo 2

Descritivo TERPAZ



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

CONTEXTUALIZAÇÃO

O TERPAZ E A DESCOESÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS

O Programa "TERRITÓRIOS PELA PAZ – TERPAZ" é a política pública do Estado do Pará que articula políticas de segurança e políticas sociais, buscando desconstruir as causas que levam à violência, por meio de estratégias e ações transversais dirigidas à conquista da cidadania e a criação de territórios socialmente mais justos e com qualidade de vida. Ao inaugurar essa nova forma de pensar as políticas públicas, a partir de territórios, no caso específico em bairros que apresentam descoesão social (*baixo índice de desenvolvimento humano – IDH e altos índices criminais*), o Governo do Pará decidiu que o território, como categoria analítica, é central e passa a ter uma função normativa como local onde se desenvolverão as Políticas Públicas Sociais e de Segurança Pública.

O Estado do Pará, de forma semelhante aos demais Estados brasileiros, iniciou o ano de 2019 com índices elevados de criminalidade e abandono social de seus cidadãos, principalmente nos territórios da periferia das cidades. O programa TERPAZ visa transformar positivamente as áreas social, econômica e de segurança nos sete bairros com os maiores índices de violência do nosso Estado (*Fonte: Siac – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal/Segup/PA*) que estão localizados na região metropolitana de Belém: Terra Firme; Guamá; Jurunas; Benguí e Cabanagem, em Belém; Icuí, em Ananindeua; e Nova União, em Marituba. Poderão, ainda, ser definidos novos territórios, de acordo com os resultados e a determinação do Governo do Estado do Pará. Para a obtenção dos resultados pretendidos foram criados 61 projetos e 131 ações/serviços pelas secretarias, fundações e órgãos do Governo do Estado, as quais estão sendo executadas, monitoradas e acompanhadas no formato do planejamento estratégico pela Secretaria de Estado da Articulação da Cidadania - SEAC.

O gerenciamento dos processos de gestão inclui as dimensões da transversalidade e a intersetorialidade, visando a transformação das condições de vida nos Territórios Pela Paz - TERPAZ. O Governo do Pará iniciou um ciclo virtuoso de transformação social e mudanças positivas que representam essa necessária ruptura com o passado de abandono social a que essas comunidades estavam submetidas.



3/13

TerPaz
TERRITÓRIOS PELA PAZ

SECRETARIA DE
ARTICULAÇÃO
DA CIDADANIA





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

OBJETIVO

RESULTADOS A SEREM CONQUISTADOS COM A EFETIVIDADE DO PROGRAMA TERPAZ

• GERAL

Criar ambientes favoráveis ao estabelecimento de um ciclo virtuoso de mudanças positivas que provocarão essa necessária superação com o passado de abandono social, econômico e da segurança pública nos Territórios Pela Paz – TERPAZ. Nestes ambientes serão prioritariamente, e não exclusivamente, tratadas: as vítimas da criminalidade; as mulheres em situação de vulnerabilidade e violência; e os jovens de quinze a vinte e nove anos de idade.

• ESPECÍFICOS

- ✓ Extinguir o domínio territorial por grupos armados ilegais e eliminar a coação sobre os moradores;
- ✓ Reduzir a violência, especialmente a violência letal, contudo, reduzindo a níveis mínimos as demais formas de agressões aos moradores e transeuntes;
- ✓ Recuperar a confiança e a credibilidade nas relações entre Estado e moradores;
- ✓ Regular pacificamente os conflitos no interior dos territórios atendidos, por meio de padrões não-violentos de sociabilidade e por uma cidadania sem tutela;
- ✓ Diminuir a vulnerabilidade social da juventude e das mulheres vítimas de violência, mediante às ações de políticas públicas específicas nos TERPAZ, (Exemplo: As ações de política pública direcionadas à preparação, acesso a créditos comunitários e de fomento à economia local, através dos moradores dispostos ao desafio, além do acompanhamento e garantia da viabilidade pelo controle e assessoria técnica atuante no dia a dia da comunidade local).



SECRETARIA DE
ARTICULAÇÃO
DA CIDADANIA





INTERSETORIALIDADE E TRANSVERSALIDADE

PARCERIAS ENTRE SECRETARIAS, EMPRESAS E DEMAIS ENTES FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS NA CONQUISTA DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

A intersectorialidade é uma qualidade necessária ao processo de intervenção nos Territórios Pela Paz – TERPAZ. Na perspectiva da implementação de projetos, a intersectorialidade torna-se necessária para constituir uma nova concepção nos processos de planejamento, execução e avaliação, exigindo, portanto, uma mudança cultural que está para além de regulações e de vontade política dos gestores (públicos e privados) e envolve reconhecer o interesse próprio de cada uma das políticas nos TERPAZ e, ao mesmo tempo, construir o interesse comum, enquanto política pública, com gestão eficaz e fazer brotar o interesse coletivo enquanto o que vai ser efetivo para a população. A qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais. Essa é uma perspectiva importante porque aponta uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Com isso busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única e isolada política social, seja ela no âmbito federal, estadual ou municipal.

No programa TERPAZ, foi estabelecido o necessário acesso a direitos e a atuação preventiva, protetiva e proativa e, ao mesmo tempo, trazer para as políticas públicas a serem implementadas a possibilidade de monitoramento e avaliação. As políticas públicas a serem implementadas e/ou consolidadas nos territórios contarão com servidores, principalmente do Estado, e com profissionais de diversas esferas, que trabalharão de forma integrada, com gestão baseada na transversalidade e na intersectorialidade no tratamento das questões que afetam negativamente e intensamente os moradores dos territórios e envolvem um aprender sobre a realidade, na realidade e da realidade, destinando-se, também, e principalmente, a um intervir na realidade para transformá-la.



SECRETARIA DE
ARTICULAÇÃO
DA CIDADANIA



Anexo 3

Merenda Escolar



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
NÚCLEO DE AUDITORIA OPERACIONAL – NAOOP
PROGRAMA TCM NAS ESCOLAS



6.8 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

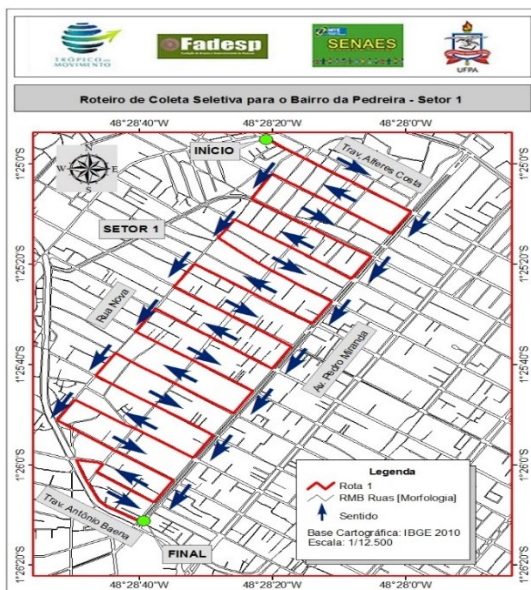
1. Garantir os recursos necessários para aquisição dos gêneros alimentícios, necessários a preparação dos cardápios elaborados pela FMAE, para que a alimentação servida aos alunos possa atender aos objetivos do PNAE;
2. Garantir que os cardápios de alimentação escolar conttenham os 15% de nutrientes necessários a saúde dos alunos e sejam diferenciados por faixa etária, para que tenham boa aceitação pelos alunos do ensino fundamental;
3. Garantir a entrega de gêneros alimentícios de boa qualidade as unidades escolares, no período estabelecido, para que as preparações constantes nos cardápios planejados pela FMAE para 10 e 12 dias possam ser produzidos dentro do cronograma;
4. Divulgar na rede mundial de computadores, nos sítios da SEMEC e da FMAE o cardápio da merenda escolar das escolas públicas municipais, possibilitando o acompanhamento do controle social através do CAE, dos alunos e dos pais e responsáveis;
5. Realizar campanhas educativas junto aos alunos, pais e responsáveis, conscientizando-os sobre os benefícios da alimentação escolar, bem como desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando sua corresponsabilidade e a importância de sua participação neste processo.
6. Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com a alimentação escolar quanto às boas práticas para serviços de alimentação escolar, mediante a realização de treinamentos regulares executados pelo responsável técnico especializado, o nutricionista, visando tanto sua capacitação profissional como a segurança dos alimentos fornecidos nas escolas.
7. Determinar que todos os profissionais envolvidos com a alimentação escolar das Escolas Públicas Municipais conheçam e apliquem as orientações contidas no Manual de Boas Práticas (MBP) e Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), elaborados pela FMAE, para que as tarefas executadas no pré-preparo e preparo de alimentos e distribuição da merenda escolar, sigam as instruções contidas no manual de boas práticas;
8. Determinar que as unidades escolares realizem o preenchimento adequado do Controle de Refeições disponibilizado pela FMAE, seguindo a orientação da quantidade per capita dos alimentos e registrando a quantidade total de gêneros utilizados por turno.
9. Cumprir a Portaria nº 0071/2015 – GABS- SEMEC, que trata dos critérios de lotação de pessoal, mais especificamente os artigos. 45 e 46, inciso II, alínea a, b e c, que se referem a lotação de manipuladores de alimentos nas Unidades Escolares, levando-se em consideração o tamanho da escola, o número de alunos atendidos, os programas ofertados e os turnos de aula;
10. Prover, periodicamente, os manipuladores de alimentos de uniformes e equipamentos de proteção individual - EPI's adequados, suficientes e capazes de assegurar a proteção e segurança necessárias ao desenvolvimento das suas atividades e a segurança higiênico-sanitárias dos alimentos;
11. Suprir a cozinha de equipamentos e utensílios adequados e suficientes para o processamento dos alimentos e distribuição da alimentação escolar aos alunos;
12. Manter registro e controle adequado dos equipamentos, utensílios e mobiliários das cozinhas, refeitório e despensa de alimentos, observando o período da aquisição e o tempo

Anexo 4

Plano de Roteirização de Coleta Seletiva para o bairro da Pedreira

Ailton Pires¹⁹
Denilson Sizo²⁰
Luciano Louzada²¹

MAPA DO ROTEIRO 1 DE COLETA SELETIVA

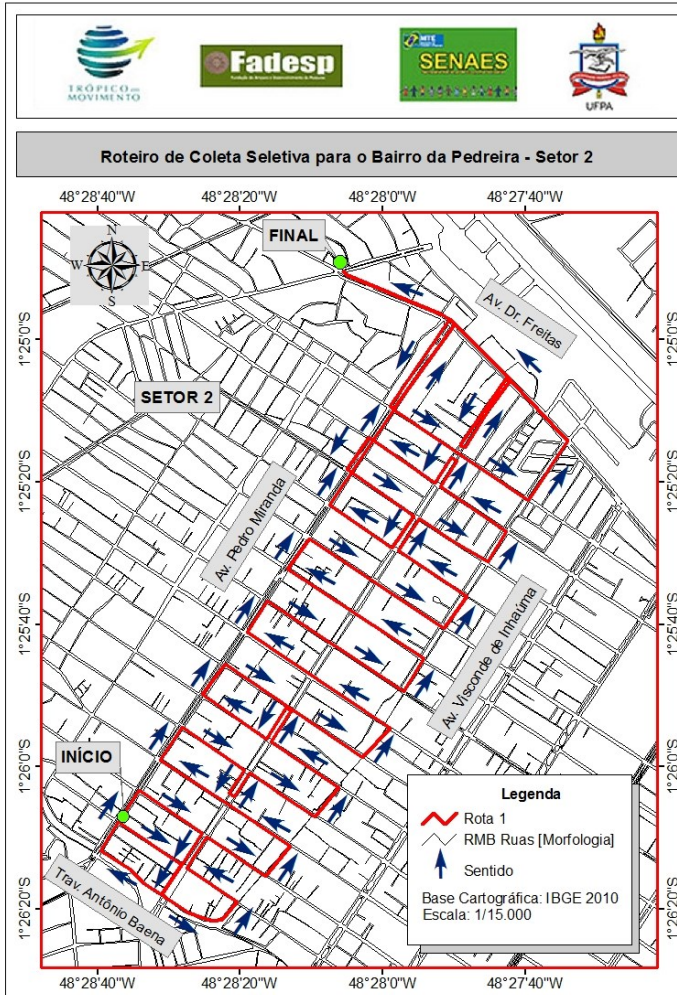


¹⁹ Ailton P. Lima: Geógrafo, Mestre em Gestão de Recursos Naturais Desenvolvimento Local na Amazônia - NUNA/ UFPA, Doutorando do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/ UFPA, Pesquisador do Programa Trópico em Movimento - UFPA.

²⁰ Denilson Sizo: Geólogo, Especialista Gestão Empresarial, Pública e de Pessoas - IESAM.

²¹ Luciano Louzada: Luciano Lousada: Engenheiro Sanitarista, Mestrando do Núcleo de Meio Ambiente – NUMA/ UFPA, Pesquisador do Programa Trópico em Movimento - UFPA.

MAPA DO ROTEIRO 2 DE COLETA SELETIVA



**DESCRIPTIVO DOS PONTOS INICIAIS E FINAIS DOS
DOIS CIRCUITOS NO BAIRRO
SETOR 01**

RELAÇÃO DESCRITIVA DO PLANO DE COLETA MANUAL E MECANIZADA DA ÁREA URBANA DA CIDADE					
SETOR: 01	CIRCUITO: 01	FREQUÊNCIA: DIÁRIO	TURNO: NOTURNO	SENTIDO	KM: 11,875
ORDEM	NOME DA VIA	INÍCIO	FIM		EXTENSÃO (M)
1	TV. ALFERES COSTA	AV. SENADOR LEMOS	AV. PEDRO MIRANDA	DIREITA	835
2	AV. PEDRO MIRANDA	TV. ALFERES COSTA	TV. PEREBEBUI	DIREITA	162
3	TV. PEREBEBUI	AV. PEDRO MIRANDA	RUA NOVA	ESQUERDA	669
4	RUA NOVA	TV. PEREBEBUI	TV. PIRAJÁ	ESQUERDA	185
5	TV. PIRAJÁ	RUA NOVA	AV. PEDRO MIRANDA	DIREITA	660
6	AV. PEDRO MIRANDA	TV. PIRAJÁ	TV. DR. ENÉAS PINHEIRO	DIREITA	167
7	TV. DR. ENÉAS PINHEIRO	AV. PEDRO MIRANDA	RUA NOVA	ESQUERDA	653
8	RUA NOVA	TV. DR. ENÉAS PINHEIRO	TV. LOMAS VALENTINAS	ESQUERDA	135
9	TV. LOMAS VALENTINAS	RUA NOVA	AV. PEDRO MIRANDA	DIREITA	660
10	AV. PEDRO MIRANDA	TV. LOMAS VALENTINAS	TV. ANGUSTURA	DIREITA	164
11	TV. ANGUSTURA	AV. PEDRO MIRANDA	RUA NOVA	ESQUERDA	656
12	RUA NOVA	TV. ANGUSTURA	TV. BARÃO DO TRIUNFO	ESQUERDA	172
13	TV. BARÃO DO TRIUNFO	RUA NOVA	AV. PEDRO MIRANDA	DIREITA	661
14	AV. PEDRO MIRANDA	TV. BARÃO DO TRIUNFO	TV. MAURITI	DIREITA	162
15	TV. MAURITI	AV. PEDRO MIRANDA	RUA NOVA	ESQUERDA	656
16	RUA NOVA	TV. MAURITI	TV. MARIZ E BARROS	ESQUERDA	170
17	TV. MARIZ E BARROS	RUA NOVA	AV. PEDRO MIRANDA	DIREITA	657
18	AV. PEDRO MIRANDA	TV. MARIZ E BARROS	TV. TIMBÓ	DIREITA	163
19	TV. TIMBÓ	AV. PEDRO MIRANDA	RUA NOVA	ESQUERDA	661
20	RUA NOVA	TV. TIMBÓ	TV. VILETA	ESQUERDA	168
21	TV. VILETA	RUA NOVA	AV. PEDRO MIRANDA	DIREITA	659
22	AV. PEDRO MIRANDA	TV. VILETA	TV. HUMAITÁ	DIREITA	165
23	TV. HUMAITÁ	AV. PEDRO MIRANDA	RUA NOVA	ESQUERDA	660
24	RUA NOVA	TV. HUMAITÁ	TV. CHACO	ESQUERDA	153
25	TV. CHACO	RUA NOVA	AV. PEDRO MIRANDA	DIREITA	655
26	AV. PEDRO MIRANDA	TV. CHACO	TV. CURUZU	DIREITA	162
27	TV. CURUZU	AV. PEDRO MIRANDA	RUA ANTÔNIO EVERDOSA	DIREITA	325
28	RUA ANTÔNIO EVERDOSA	TV. CURUZU	PASSAGEM DJALMA DUTRA	ESQUERDA	60
29	PASSAGEM DJALMA DUTRA	RUA ANTÔNIO EVERDOSA	TV. ANTÔNIO BAENA	ESQUERDA	127
30	TV. ANTÔNIO BAENA	PASSAGEM DJALMA DUTRA	AV. PEDRO MIRANDA	FIM	493
TOTAL DO CIRCUITO		TOTAL KILOMETRAGEM PERCORRIDA: 11,875 Km			

Anexo 5

Uma Proposta de Saf's para áreas potenciais na Região Metropolitana de Belém

Sandro Abreu²²

Essências florestais a serem usadas na arborização da MDB.

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA
Abiu mangabinha	<i>Micropholis venulosa</i>	Sapotaceae
Acariquara	<i>Mimquartia guianensis</i>	Olacaceae
Açoita cavalo fl. Grande	<i>Luecheopsis duckeana</i>	Tilaceae
Angelim aroeira	<i>Hymenolobium petraeum</i>	Fabaceae
Angelim pedra	<i>Hymenolobium pulcherrimum</i>	Fabaceae
Angelim vermelho	<i>Dinizia excelza</i>	Mimosaceae
Aroeira	<i>Astronium lecointei</i>	Anacardiaceae
Cajui f. miúda	<i>Anacardium parvifolium</i>	Anacardiaceae
Capitiú fl. grande	<i>Bracteanthus glycyarpus</i>	Monimiaceae
Casca preciosa	<i>Aniba canelilla</i>	Lauraceae
Castanha de periquito	<i>Sterculia pruriens</i>	Sterculiaceae
Cedro vermelho	<i>Cedrela odorata</i>	Humiriaceae
Fruta de jabuti	<i>Eugenia patrizii</i>	Myrtaceae
Gema de ovo	<i>Poecilanthe effusa</i>	Fabaceae
Guajarazão	<i>Chrysophyllum excelsum</i>	Sapotaceae

²² Sandro Abreu de Oliveira, Engenheiro Agrônomo, Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo NUMA/PPGEDAM/UFPA, atualmente Secretário Municipal de Meio Ambiente do Município de Curralinho - Marajó - Estado do Pará período de 2016 à 2019.

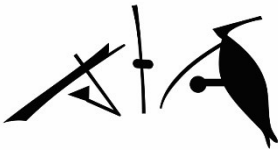
Ingá roceiro	<i>Inga thibaldiana</i>	Mimosaceae
Ingá xixica	<i>Inga alba</i>	Mimosaceae
Ipê amarelo	<i>Tabebuia serratifolia</i>	Bignoniaceae
Ipê roxo	<i>Tabebuia impetiginosa</i>	Bignoniaceae
Louro prata	<i>Ocotea guianensis</i>	Lauraceae
Macacaúba	<i>Platymiscium duckei</i>	Fabaceae
Macucú	<i>Licania heteromorpha</i>	Chrysobalanaceae
Macucurana	<i>Couepia guianensis</i> <i>subsp. divaricata</i>	Chrysobalanaceae
Mamorana	<i>Eriotheca globosa</i>	Bombacaceae
Maparajuba	<i>Manilkara paraensis</i>	Sapotaceae
Maparajubinha	<i>Pouteria procera</i>	Sapotaceae
Marapanã	<i>Drypetes variabilis</i>	Euphorbiaceae
Marfim mole	<i>Dulacia candida</i>	Olacaceae
Mata fome	<i>Matayba guianensis</i>	Sapindaceae
Matá-matá	<i>Eschweilera piresi</i>	Lecythidaceae
Murtinha cabeluda	<i>Myrcia bracteata</i>	Myrtaceae
Muruci da mata	<i>Byrsonima crispa</i>	Malpighiaceae
Pau roxo	<i>Peltogyne paniculata</i>	Caesalpinaceae
Pau vermelho	<i>Chaunochiton kappleri</i>	Olacaceae
Piquiarana	<i>Caryocar glabrum</i>	Caryocaraceae
Seringa itaúba	<i>Hevea guianensis</i>	Euphorbiaceae

Sucuruba branca	<i>Trattinnickia burseraefolia</i>	Burseraceae
Sucuúba	<i>Himatanthus sucuuba</i>	Apocynaceae
Taxi fl. amarela	<i>Sclerolobium chrysophyllum</i>	Caesalpiniaceae
Taxi preto	<i>Tachigali myrmecophila</i>	Caesalpiniaceae
Taxi preto pecíodo inteiro	<i>Tachigali alba</i>	Caesalpiniaceae
Tento vermelho	<i>Ormosia holerythra</i>	Fabaceae
Ucuúba fl. amarela	<i>Virola calophylla</i>	Myristicaceae
Ucuúba fl. Lisa	<i>Iryanthera laevis</i>	Myristicaceae
Ucuúba preta	<i>Virola michelii</i>	Myristicaceae
Ucuúba vermelha	<i>Iryanthera sagotiana</i>	Myristicaceae
Uxirana	<i>Sacoglottis guianensis</i>	Humiriaceae
Itauba	<i>Mezilaurus itauba</i>	Lauraceae
Pau-cravo	<i>Dicypellium caryophyllaceum</i>	Lauraceae
Pau-rosa	<i>Aniba rosaeodora</i>	Lauraceae
Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i>	Sapotaceae
Castanha do Pará	<i>Bertholletia excelsa</i>	Lecythidaceae
Sucupira amarela	<i>Bowdichia nitida</i>	Fabaceae
Araracanga	<i>Aspidosperma desmanthum Benth</i>	Apocynaceae
Pau-Amarelo	<i>Eucylophora paraensis Huber</i>	Rutaceae

Anexo 6

Programa de Formação de Recursos Humanos

MUNDOS AMAZÔNICOS



MUNDOS AMAZÔNICOS

Biodiversidade, Desenvolvimento, Direitos Humanos

UMA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO PARÁ (*)

1. Durante dois anos (2017-2019) o Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA - em parceria com o Instituto de Educação Matemática e Científica, IEMCI, e o Programa Especial Trópico em Movimento - coordenou e executou Projeto Experimental de Formação de Recursos Humanos intitulado “*Mundos Amazônicos - Biodiversidade, Desenvolvimento, Direitos Humanos*”.
2. Tal projeto teve como objetivo primordial a oferta de quatro (04) Cursos de caráter internacional, interdisciplinar e interinstitucional, com carga horária de

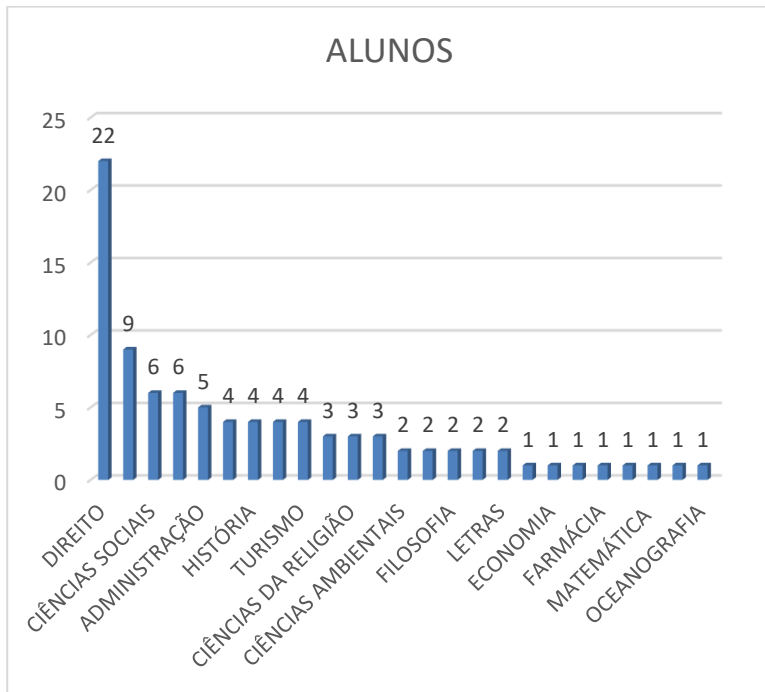
60 horas, sob a Coordenação da Professora Doutora Nazaré Imbiriba, que ministrou 80% das aulas previstas.

3. A experiência pode ser considerada um sucesso, em termos quantitativos e qualitativos: em dois anos, cerca de **470** pessoas candidataram-se para as **100** vagas ofertadas.
4. Foram **formados 91** participantes de **25 áreas de conhecimento**, graduados ou pós-graduados por mais de **duas dezenas de instituições universitárias** e elaborados **19 trabalhos científicos**. Estudantes de Pós-Graduação sul-americanos também participaram. (Gráfico 1);
5. Tais dados comprovam o caráter **interdisciplinar, interinstitucional e internacional do Curso**, que teve como alunos Professores da Rede Pública de Ensino, Técnicos e Professores de Nível Superior, Mestres e/ou Doutores de distintas instituições amazônicas, públicas e privadas do Pará.
6. Depoimento de um, dentre vários, participantes evidenciam os resultados alcançados:

(O Curso) "... me proporcionou expandir minha visão da Amazônia (...) entender que ela é maior que a minha visão, compreender que não é só minha, e sim de muitos e de todos (...)

me despertou o desejo de cuidá-la (...) de vivenciá-la em sua plenitude. Aprender sobre a Amazônia me fez principalmente entender que somos um só povo e que devemos lutar por uma história de vida melhor e futura, seja através do conhecimento ou da ação”. (Marcelo Melo, aluno do 4º Curso).

Gráfico 1 – Áreas de Conhecimento e Número de Alunos participantes de 04 Cursos “Mundos Amazônicos” (2017-2019)



Considerado o êxito alcançado, pretende-se dar seguimento ao referido programa, ampliando sua carga horária - de 60 para 120 horas - bem como alargando seus objetivos e parcerias.

Repetir tal experiência, é parte do esforço para a Construção da Cidadania no Pará, tendo, agora, como objetivos:

- 1. Ampliar o conhecimento sobre a Região Amazônica em seus aspectos sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais**, em sua perspectiva nacional e internacional, bases essenciais para compreender e enfrentar os desafios com que a Amazônia e o Pará se deparam, neste Século XXI;
- 2. Contribuir para o fortalecimento dos programas de formação de recursos humanos, ampliando a qualificação de técnicos, professores, servidores e gestores públicos no Estado do Pará, e dos municípios paraenses**, com reflexos positivos na gestão e administração públicas do Estado do Pará;
- 3. Ofertar programas de Ensino com enfoque na construção da cidadania, caminho essencial para a operacionalização e articulação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável nos Municípios do Pará**, tendo em vista suas vocações econômicas e culturais, e suas especificidades eco-socio-ecológicas;

4. Contribuir para a construção de uma **Elite capaz de entender e enfrentar os desafios que se colocam ao futuro da Amazônia, e do Pará**, no contexto nacional, regional e mundial, formulando propostas adequadas ao **Desenvolvimento Local e Microrregional**;
5. Valorizar a **condição estratégica da Amazônia** para os amazônidas e para a humanidade, promovendo a cooperação e a interdependência do conhecimento recíproco regional entre os oito países da Região - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador Guiana, Peru, Suriname e Venezuela - através da percepção de que **todos compartilham um Futuro Comum**.

Os Eixos e as Áreas de um Programa dessa natureza seriam:

EIXO 1. Mundos Amazônicos, Realidades e Perspectivas no Século XXI;

EIXO 2. O Desenvolvimento do Pará e a Construção de Sociedades Sustentáveis;

V - Grandes Áreas

- *Mundos Amazônicos*: Processos de Ocupação, História Social, Política, Econômica, Cultural e Ambiental dos países amazônicos.
- Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável do Pará

- Educação, Cidadania e Construção de Identidades
- Desenvolvimento Local e Microrregional no Pará
- Ecologia, Economia e Política, Pilares do Desenvolvimento
- As Perspectivas de (Re)Invenção da Amazônia no Século XXI
- Especificidades da Trajetória Histórica da América Latina
- Cooperação Internacional e Regional para o Desenvolvimento
- Laboratórios, Seminários e Estudos Dirigidos
- Estudos de Caso e Monografias

(*) Nazaré Imbiriba. Doutor em Direito.

(Lattes <http://lattes.cnpq.br/3880081947660051>)

Autores

Thomas Mitschein: Sociólogo, Dr. Phil pela Universidade de Münster – Alemanha. Professor do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (UFPA). Desde 1992 atuou como pesquisador e docente em entidades técnico-científicas de países amazônicos. Atualmente coordena, na UFPA, o Programa Interdisciplinar TRÓPICO EM MOVIMENTO - Fomentando a Criação de uma Moderna Civilização da Biomassa na Amazônia.

Jadson F. Chaves: Estatístico pela UFPA, Doutor pelo Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL em Métodos Quantitativos, Estatística e Análise de Dados, Mestre em Gestão pelo Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL e especialista em Economia e Desenvolvimento Regional pela UFPA, é Pesquisador do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento.



TRÓPICO em
MOVIMENTO



ISBN 978-85-62892-25-7



9 788562 892257

APOIO:



Fadesp

Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa